

ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

66

CAMPINAS, NOVEMBRO DE 2014



**QUESTÕES DEMOGRÁFICAS ATUAIS: ARGENTINA,
PARAGUAI E JAPÃO**

ROBERTO LUIZ DO CARMO (ORG.)

**MAYARA DE CAMARGO FERNANDES
GIOVANA GONÇALVES PEREIRA
TATHIANE MAYUMI ANAZAWA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria

Prof. Dr. José Tadeu Jorge – Reitor



Pró-Reitorias

Prof. Dr. Luis Alberto Magna - Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Rachel Meneguello - Pró-Reitor de Pós-Graduação

Profa. Dra. Gláucia Maria Pastore - Pró-Reitor de Pesquisa

Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars- Pró-Reitor de Desenvolvimento
Universitário

Prof. Dr. João Frederico da Costa Azevedo Meyer - Pró-Reitor de
Extensão e Assuntos Comunitários

Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dr. Jurandir Zullo Junior



Núcleo de Estudos de População

Drª Estela Maria Garcia Pinto da Cunha- Coordenadora

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob- Coordenador Associado

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

Editora dos Textos NEPO

Drª Glaucia dos Santos Marcondes

Drª Roberta Guimarães Peres

Drª Maragreth Arilha

Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

Carmo, Roberto Luiz (Org.) et al.

Questões demográficas atuais / Roberto Luiz do Carmo (Org.)
et al. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2014.

73p.

(Questões demográficas atuais, TEXTOS NEPO 66).

1. Transição demográfica - Argentina. 2. Transição demográfica –
Paraguai. 3. Envelhecimento da população - Japão. 4. Título. 5. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de
responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem
necessariamente a visão da instituição.

T

EXTOS NEPO - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **sessenta e seis números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Dr^a Estela Maria Garcia Pinto da Cunha
Coordenadora

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob
Coordenador Associado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA ARGENTINA: ENFOQUE SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NAS ESFERAS DA FECUNDIDADE E DO COMPORTAMENTO REPRODUTIVO NOS SÉCULOS XIX, XX E XXI	8
APRESENTAÇÃO	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O CASO PARAGUAIO	34
INTRODUÇÃO	35
1. A Transição Demográfica na América Latina	36
2. Perfil Socio-Histórico do Paraguai: A Constituição da Nação Paraguaia	38
3. A Pequena Agricultura e os Fluxos Migratórios: Compreendendo a Estruturação da Dinâmica Populacional Paraguaia	39
4. A Transição Demográfica Paraguaia	42
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	51
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E SEGURANÇA HUMANA: DISCUSSÕES DO JAPÃO CONTEMPORÂNEO FRENTE AO TERREMOTO E TSUNAMI DE 2011	52
INTRODUÇÃO	53
1.1. Os processos antecessores e sucessores dos desastres naturais	54
1.2 Dinâmica Demográfica e Vulnerabilidade a Desastres Naturais.....	56
2.1. Área de Estudo	57
3. Materiais e Métodos.....	58
4. Resultados e Discussões	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72

APRESENTAÇÃO

Roberto Luiz do Carmo

Esta edição dos Textos Nepo reúne um conjunto de trabalhos que foram construídos no âmbito da disciplina “Questões Demográficas Atuais” (DM012), oferecida no ano de 2013 para os alunos do Mestrado e Doutorado em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

A disciplina “Questões Demográficas Atuais” tem por objetivo oferecer aos alunos um panorama das questões populacionais mais relevantes da atualidade, ressaltando, de uma perspectiva histórica, a configuração dessas questões, sua comparabilidade na situação de diversos países, bem como suas implicações, em um esforço de reflexão prospectiva. Desde o início foi apresentado ao conjunto de alunos a possibilidade de que os trabalhos que fossem melhor desenvolvidos ao longo do semestre poderiam vir a ser publicados. Finalizado o semestre constatou-se que alguns dos trabalhos poderiam, com ainda alguns ajustes e melhorias, ser efetivamente publicados. São estes trabalhos que estão reunidos aqui, que mostram o envolvimento dos alunos e a capacidade de reflexão sobre características e contextos demográficos dos países estudados por cada uma das autoras durante o semestre.

Com esta publicação pretende-se divulgar para o público mais amplo um pouco das reflexões e do trabalho que é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Demografia, que muito se beneficia da parceria com o Nepo. Não apenas por utilizar os seus recursos de infraestrutura, como é o caso das instalações e dos laboratórios, mas também pela discussão próxima e profícua com os pesquisadores dessa instituição.

Esta publicação é mais uma manifestação resultante da produtiva interação entre o Programa de Pós-Graduação em Demografia e o Nepo.

Ficam aqui os agradecimentos aos alunos da disciplina, que participaram de maneira entusiástica dessa proposta. E aos Editores dos Textos Nepo, por suas contribuições.

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA ARGENTINA: ENFOQUE SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NAS ESFERAS DA FECUNDIDADE E DO COMPORTAMENTO REPRODUTIVO NOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

Mayara de Camargo Fernandes¹

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho busca descrever as principais transformações demográficas ocorridas na Argentina no final do século XIX, século XX e primeiros anos do século XXI. Para tanto, foram consideradas as especificidades do caso Argentino dentro do amplo processo de Transição Demográfica, em que contrariando os prognósticos do modelo teórico da Transição, a mortalidade e a natalidade declinaram de forma simultânea. Do mesmo modo, o enfoque dado à Transição da Fecundidade se justifica pelo descenso precoce e intenso desta ainda no final do século XIX e primeiros quarenta anos do século XX. Além disso, o desenvolvimento econômico e social, aliado ao fenômeno da imigração europeia na segunda metade do século XIX são condições que precisam ser exploradas na explicação das transformações demográficas que marcam a sociedade argentina desse período.

Procurou-se salientar também, a importância de que o processo da Transição da Fecundidade fosse aprofundado considerando as variáveis distintas do comportamento reprodutivo e suas mudanças ao longo do tempo. Por isso, este trabalho considera os fatores decisivos nesse processo, no que diz respeito principalmente ao período próprio da transição, dos seus desdobramentos e da configuração atual resultante desse processo (da primeira década do século XXI). Foram observadas, ao longo dessa análise, as mudanças relativas ao nível e padrão da fecundidade, da natalidade, do comportamento nupcial e reprodutivo da população bem como os impactos da baixa fecundidade para a estrutura e dinâmica da população argentina nos dias atuais.

Enquanto as mudanças nos níveis e padrões de fecundidade e natalidade ocorrem na América Latina de modo geral, durante a segunda metade do século XX² - resultado, principalmente, de políticas de planejamento familiar e da ampliação do uso e acesso de métodos anticoncepcionais modernos (ZAVALA DE COSIO, 1990; WONG; BONIFÁCIO, 2009; THERBORN, 2006) - na Argentina, a transição da fecundidade de níveis elevados para níveis mais baixos e estáveis data do final do século

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Demografia (NEPO-IFCH), Nível Mestrado, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior). E-mail: mayarasociais@hotmail.com.

² As mudanças nos padrões de natalidade e fecundidade na América Latina podem ser observadas, ao longo da segunda metade do século XX, no Boletim Demográfico sobre a Fecundidade na América Latina (1950-2050), elaborado pelo Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) e publicado em 2001.

XIX, resultado principalmente, das transformações demográficas, sociais e econômicas ocorridas na população ainda neste período.

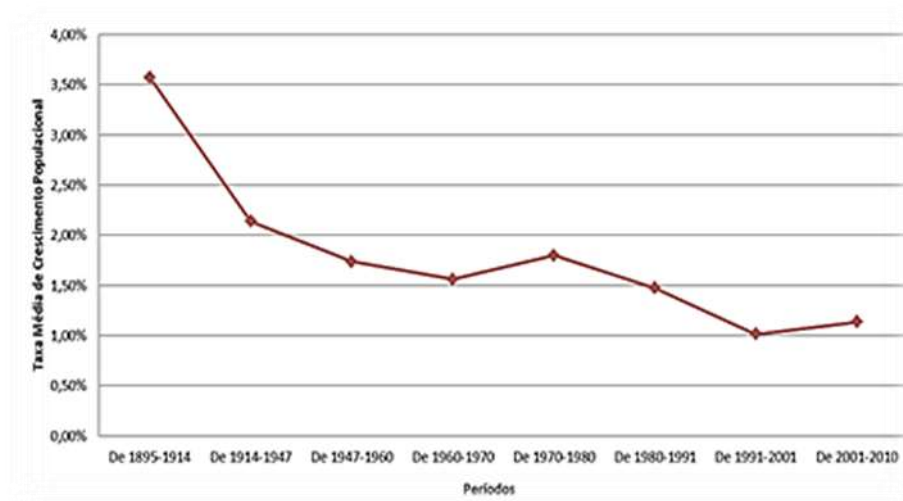
Em termos absolutos, a população Argentina do final do século XIX não ultrapassava os cinco milhões: segundo o Censo Demográfico, correspondia a 4.044.911 de habitantes em 1895. Nos anos seguintes, a população argentina experimentou suas maiores taxas de crescimento, relacionadas principalmente ao declínio da mortalidade e ao grande impacto da imigração internacional sobre a dinâmica demográfica do país até a segunda metade do século XX: as taxas de crescimento médio da população foram nos períodos de 1895 a 1914 e de 1914 a 1947, respectivamente superior a três e dois por cento. E em 1914, em números absolutos, a população chegou a 7.903.662 de habitantes.

TABELA 1 - Volume da população Argentina segundo os Censos Demográficos Nacionais total do país - 1869-2010

Ano Censitário	População (em números absolutos)
1869	1.800.000
1895	4.044.911
1914	7.903.662
1947	15.893.827
1960	200.137.93
1970	233.644.31
1980	27.949.480
1991	32.615.528
2001	36.260.130
2010	40.117.096

Fonte: INDEC. Censos Nacionales de Población. Série Histórica.

GRÁFICO 1 – Taxa média de crescimento da população Argentina. Total do país - 1869-2010



Fonte: INDEC. Censos Nacionales de Población. Série Histórica.

Esse crescimento, no entanto, esteve bastante limitado pelo declínio precoce da natalidade. Segundo Pantelides (1983; 2002) a Taxa Bruta de Natalidade passou de 50 (nascidos vivos por mil habitantes) em 1870 para 25,1 nos anos 1940, ou seja, praticamente caiu pela metade. Muito por conta desse declínio, o maior o crescimento da população argentina foi justamente no período entre 1869 e 1914. Após 1914, as taxas médias de crescimento populacional passaram a diminuir vertiginosamente, salvo durante as décadas de 1940 e 1950, quando a população argentina sentiu os efeitos sobre a fecundidade devido ao fenômeno do *baby boom*, e entre 1970 e 1980 em que, além de ser o momento reprodutivo das gerações nascidas durante o *baby boom*, o Governo Argentino passa a impor, dentre outras medidas, uma legislação altamente restritiva à regulação da fecundidade³. O impacto de todos esses elementos demográficos, sociais e políticos fez com que, durante a segunda metade do século XX, as taxas de crescimento da população argentina não ultrapassassem 1,8% e que em 2010 a população chegasse aos 40 milhões de habitantes.

³ Em 1974, o governo Argentino imputa, dentre outras medidas, uma legislação altamente restritiva à regulação da fecundidade. Dentre as medidas tomadas, procurou-se impedir o planejamento familiar (e sua disseminação) em instituições de saúde pública e em obras sociais do governo. Do mesmo modo, foram criadas algumas barreiras ao conhecimento e ao uso de anticoncepcionais modernos, que afetaram principalmente, as classes sociais mais abastadas, assim como, proibiram-se a educação sexual no sistema escolar.

GRÁFICO 2 – Taxas brutas de natalidade na Argentina entre 1870 e 2000

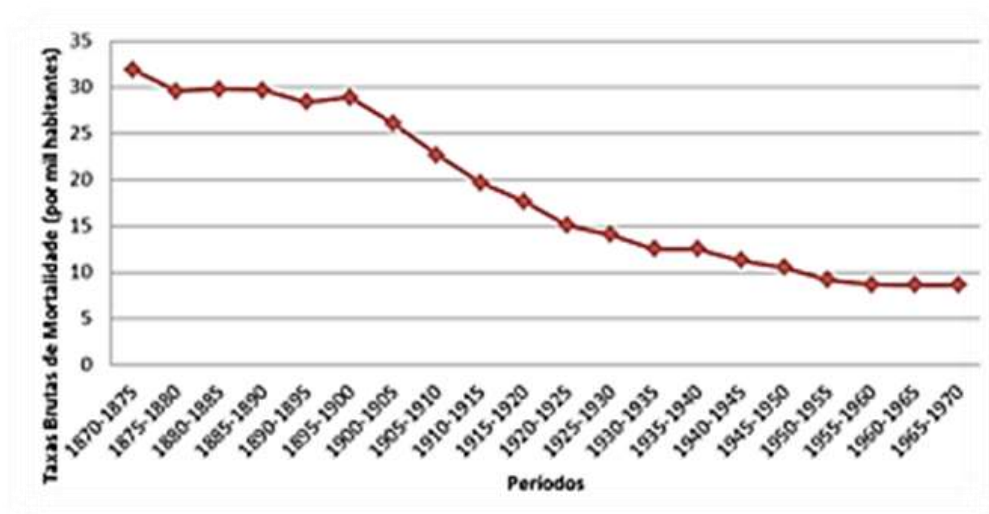


Fonte: Torrado (2007a, p. 442).

O declínio da natalidade na Argentina e as transformações demográficas sobre o tamanho da população estiveram associados, por sua vez, ao amplo processo de *Transição Demográfica*⁴. A redução da mortalidade no país, expressa pelas taxas brutas de mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida da população revelam que a mortalidade começou a cair antes mesmo de 1890: entre 1870 e 1895, a Taxa Bruta de Mortalidade passou de 31,9 (por mil habitantes) para 28,9 (LATTES; LATTES, 1975, p. 34) e ao longo do século XX continuou declinando, chegando a 8,6 (por mil habitantes) nos anos 1970. A expectativa de vida, por sua vez, elevou-se dos 40 anos de idade em média em 1895 para os 60 anos em 1947 e chegou aos 70 anos de idade em 2001.

⁴ O modelo da Transição Demográfica, descrito por Warren Thompson (1929)⁴ e Frank Notestein (1945)⁴, busca explicar, de maneira sistemática, o declínio da mortalidade e da natalidade nas populações europeias entre os séculos XVIII, XIX e em alguns casos, começo do século XX. Segundo as condições demográficas na Europa observadas principalmente por Thompson (1929), o descenso da mortalidade antecedeu o da natalidade, e a manutenção de altos níveis de fecundidade num primeiro momento produziram um saldo importante de crescimento vegetativo, até que posteriormente a fecundidade passou a declinar, resultado de controles deliberativos das populações sobre a natalidade, e influenciado por um comportamento tipicamente econômico-racional (CALDWELL, 1976). De forma bastante sucinta, o processo de Transição Demográfica aconteceria em todo contexto mundial, de acordo com os graus de desenvolvimento histórico e socioeconômico das populações, e com o declínio primário da mortalidade, seguido pela queda gradativa da fecundidade até que se atingisse a condição mínima de reposição populacional: em que os nascimentos serviriam, sobretudo, para a reposição da população que viesse a falecer.

GRÁFICO 3 – Taxas brutas de mortalidade na Argentina entre 1870-1970



Fonte: Lattes e Lattes (1975, p. 34).

TABELA 2 - Expectativa de vida ao nascer da população Argentina.
Total do país - 1869 a 2001

Anos Censitários	Expectativa de Vida (em anos)
1869	32,9
1895	40,0
1914	48,5
1947	61,1
1960	66,4
1970	65,6
1980	68,9
1991	71,9
2001	73,8

Fonte: INDEC. Série Histórica.

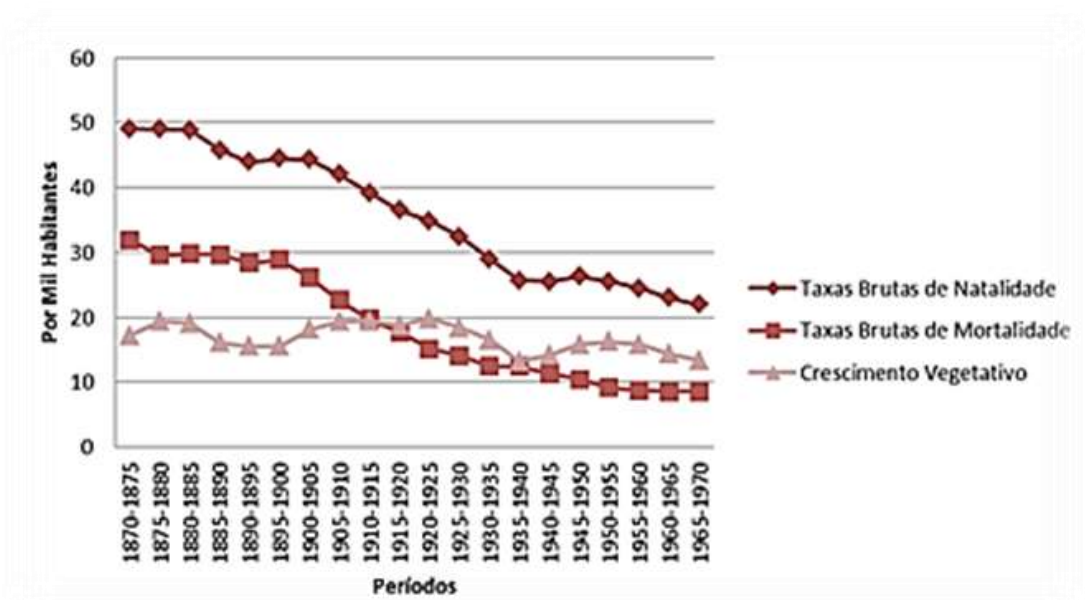
A queda da mortalidade no país esteve associada, principalmente, as mudanças nas condições e no grau de desenvolvimento econômico e urbano da população (LATTES; LATTES, 1975). Do mesmo modo, a concentração populacional ainda no século XIX nas regiões mais desenvolvidas e urbanizadas do país facilitou o êxito das políticas higiênico-sanitárias estimuladas pela elite e pelo governo argentino (SOMOZA, 1973), favorecendo a redução da mortalidade principalmente, entre os grupos de crianças e jovens. A ampliação dos sistemas de saúde nos grandes centros urbanos também foi essencial para a redução significativa da mortalidade infantil: que diminuiu em mais de um terço logo nos primeiros anos do século XX (MAZZEO 1993 *apud* TORRADO, 2007a, p. 452).

O crescimento vegetativo produzido pelo declínio da mortalidade já na segunda metade do século XIX manteve níveis relativamente baixos: a taxa de crescimento vegetativo não teria sido superior a 20 (por mil habitantes), e grande parte do crescimento populacional nesse período se

deveu, sobretudo, à presença massiva dos imigrantes estrangeiros. Essas condições colocam a Transição Demográfica na Argentina em uma posição bastante específica dentro deste processo. Como o declínio da natalidade e da fecundidade também tem início ainda nos anos finais do século XIX - a taxa de fecundidade passou de 6,8 filhos por mulher, em 1869, para 3,2 nos anos quarenta do século XX - a simultaneidade entre as transformações demográficas ocorridas nos níveis de mortalidade e natalidade condicionaram a uma nova forma de compreensão destes fenômenos. Segundo Pantelides (1983), a Transição Demográfica na Argentina só pode ser compreendida através de um modelo teórico não ortodoxo, e através da análise exploratória dos distintos fatores que podem ter motivado as transformações demográficas em curso desde o final do século XIX:

Hemos llamado a esa característica la transición demográfica no ortodoxa, por supuesto, en relación con la teoría clásica de transición demográfica, que afirmaba que la mortalidad disminuye antes que la fecundidad. En el caso de la Argentina, nunca ha existido un período de crecimiento natural alto, característico de la transición; las tasas brutas de natalidad y las tasas brutas de mortalidad siguieron una trayectoria paralela y las tasas de crecimiento natural más altas nunca sobrepasan los 20 por mil, con los valores más altos a partir del comienzo del descenso hasta el decenio de 1920 (PANTELIDES, 1983, p. 331).

GRÁFICO 4 – Taxas brutas de natalidade e mortalidade na Argentina e saldo de crescimento vegetativo (1870-1970)



Fonte: Lattes e Lattes (1975, p. 34).

As condições de desenvolvimento socioeconômicas, culturais e demográficas da população Argentina ainda no século XIX foram fundamentais para colocar em curso todas as transformações demográficas ocorridas nesse período, inclusive, o declínio da fecundidade e as mudanças nos padrões de reprodução dessa população. A economia predominantemente agroexportadora e

fomentada pela relação de livre comércio com importantes nações europeias foi essencial para que se desenvolvessem também, intensos e rápidos processos de industrialização e principalmente, urbanização no país na segunda metade do século XIX. Segundo Elizaga (1973), em 1985, o Censo Argentino indicou que mais de 42% da população vivia concentrada em núcleos urbanos, de onde se destaca principalmente, a região da Grande Buenos Aires (ELIZAGA, 1973, p. 18).

As transformações econômicas também tiveram impacto direto sobre as condições sociais, sobretudo nas regiões urbanas e onde a população estava concentrada. Embora existissem algumas desigualdades significativas entre os estratos sociais (GERMANI, 1968 *apud* PANTELIDES, 2006), o desenvolvimento econômico na Argentina e a concentração urbana foram favoráveis à diminuição, nos primeiros anos do século XX, das taxas de analfabetismo e da ampliação do acesso aos sistemas de saúde e às políticas higiênico-sanitárias. A concentração da população na região pampeana, que em 1914 já estava em torno dos 75%, facilitou em grande escala o acesso à educação e saúde bem como tornou visível a expansão do sistema educativo e a elevação, ao longo da primeira metade do século XX, do grau de instrução de homens e mulheres.

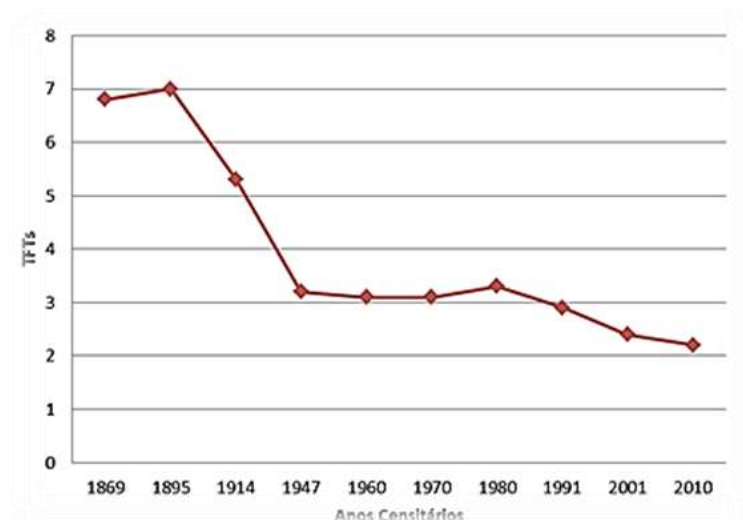
Aliadas às melhorias das condições sociais e econômicas e à concentração urbana, a imigração de estrangeiros - principalmente italianos e espanhóis - para o território argentino entre 1850 e 1950 também constituiu um fator decisivo para a transformação demográfica no país, sobretudo, pelas modificações na estrutura social (ELIZAGA, 1973). Como dito anteriormente, a entrada de estrangeiros teve impacto direto sobre a população nativa principalmente com relação ao seu crescimento. Além disso, o contingente de imigrantes favoreceu diretamente o processo de concentração populacional nas províncias mais economicamente desenvolvidas e urbanizadas do país: a concentração de estrangeiros na região de Buenos Aires, Córdoba, Entre Ríos, La Pampa e Santa Fé chegou a 87% ainda no final do século XIX (LATTES, 1973, p. 65). Do mesmo modo, a estrutura da população, principalmente, por idade e sexo, foi significativamente alterada devido ao contingente populacional que adentrou o território argentino: uma proporção maior de jovens em idade laboral e reprodutiva, na maioria homens⁵. Todos esses fatores, que revelam as condições sociais, econômicas e culturais da Argentina do final do século XIX aos primeiros anos do século XX são essenciais para compreender quais elementos foram favoráveis – e decisivos – para o declínio da fecundidade e da natalidade no país de forma precoce e relativamente intensa.

A série histórica das TFTs para a população Argentina revela que a fecundidade declinou de 7,0 (número médio de filhos tidos por mulher) em 1895 para 3,2 em 1947 (como mostra o Gráfico 5).

⁵ Segundo informações dos Censos Demográficos, a predominância de homens na população Argentina, fomentada pela imigração, foi constante até os anos de 1960. Os dados sistematizados pelo INDEC (Série Histórica) apontam uma razão de sexo de 112,0 para o ano de 1895 e 116,0 para 1914, indícios da maior proporção de homens na população Argentina para o período analisado.

Esse descenso, ocorrido em cerca de 50 anos, foi expressivo principalmente no controle da fecundidade dentro do casamento (a fecundidade marital⁶). São os casais, unidos em matrimônio⁷, os pares que primeiro passam a controlar os nascimentos e consequentemente, o tamanho de suas famílias. O tamanho médio final da família argentina, na década de 1890 era em torno de sete filhos. A partir de 1895, esse valor diminui, chegando a 5,3 filhos em 1914 segundo o Censo Demográfico. De modo geral, os tamanhos das famílias se reduzem com maior intensidade nos primeiros anos do século XX, chegando a 1947 com o tamanho médio de família de 3,2 filhos. Nota-se que, de uma condição de número elevado de filhos (indicativo da ausência de regulação de controle da fecundidade) passa-se, já na primeira metade do século XX, a uma condição de tamanho final de família que indica a existência de controle e possivelmente, planejamento familiar de acordo com os desejos dos casais.

GRÁFICO 5 – Taxas de fecundidade total na Argentina - 1869 - 1970



Fonte: INDEC. Censos Nacionales de Población. Série Histórica.

Essa possibilidade de planejamento familiar dentro do casamento aparece como resposta a diversos fatores socioeconômicos e culturais que englobam principalmente, as mudanças na motivação e nos valores dos filhos – em uma sociedade em que paulatinamente, a vida urbana e industrializada torna-se a realidade de grande parte das famílias argentinas. Diante das

⁶ De modo geral, a análise da fecundidade comumente engloba o comportamento desta com relação aos padrões nupciais pré-estabelecidos. Isso equivale a dizer que existe uma relação bastante expressiva quanto à nupcialidade e a fecundidade que ocorre dentro do casamento, a *fecundidade marital*, como descrevem os principais modelos de análise na demografia (BONGAARTS, 1978; BONGAARTS; MENKEN, 1983). Por isso, a fecundidade marital é fundamental para a compreensão do declínio da fecundidade na Argentina, principalmente no momento decisivo desse descenso.

⁷ Para o período considerado, as informações sobre a fecundidade se referem principalmente, à fecundidade marital e legítima, por conta da falta de informações sobre uniões estáveis ou consensuais. Algumas estimativas para a fecundidade ilegítima foram feitas, como será visto mais adiante.

possibilidades acarretadas e também dificuldades criadas pela vida urbana, às famílias mais numerosas deixam de ser social e economicamente vantajosas (e muito provavelmente na Argentina, elas nunca tenham sido de fato, na medida em que eram pouco significativas atividades econômicas voltadas aos núcleos familiares – por conta das atividades agrícolas terem privilegiado a grande propriedade e as atividades agroexportadoras). Com as mudanças nas motivações e valores dos filhos, aparecem as primeiras intenções de planejamento familiar e de um tamanho “ideal” de família. E nesse sentido, a diminuição dos níveis de analfabetismo, principalmente entre as mulheres, favoreceu diretamente um processo de tomada de consciência sobre a possibilidade do planejamento familiar, na mesma medida em que o próprio papel – econômico e social da mulher – se modificou ao longo do tempo.

Com relação ao controle deliberativo da fecundidade, as dificuldades estavam impostas efetivamente ao modo de como fazê-lo: até a primeira metade do século XX, o controle esteve restrito a métodos contraceptivos arcaicos. Nesse sentido, o controle da fecundidade na Argentina também se torna excepcional (se comparado ao restante da América Latina⁸): pois foi possível aos casais restringir o tamanho de suas famílias e o número de filhos através de técnicas contraceptivas muito ligadas a abstinência, ao coito interrompido e provavelmente, ao aborto, (como em muitos países Europeus que passaram pelo processo de Transição Demográfica nos séculos XVIII e XIX). A disseminação dos métodos de contracepção entre as mulheres também revela a importância da melhoria nos sistemas de educação e conhecimento das mesmas, bem como a transformação de seus papéis sociais efetivos.

Muito embora o descenso da fecundidade tenha acontecido de forma generalizada em todo país, não se pode negligenciar que existiram diferenciais regionais entre os níveis de fecundidade experimentados nas regiões mais urbanizadas e desenvolvidas e entre as regiões mais rurais do país, onde além dos aspectos econômicos, havia também diferenças socioculturais importantes – ligadas, principalmente, ao nível de instrução da população. Como apontou Rothman (1973), os diferenciais de fecundidade para um período inicial (1895) e avançado da Transição (1947), puderam ser observados segundo as características das mães, com relação à origem, local de residência e alfabetização das mesmas. Em 1895, os diferenciais de níveis de fecundidade entre mulheres da zona urbana e rural foram bastante evidentes (embora o descenso ocorra entre ambas, o declínio é mais intenso entre as que vivem no meio urbano). Para os níveis de alfabetização, embora tenha sido inviável comparar o descenso (por conta da ausência de dados para o período), nota-se que existiu uma pequena diferença entre os níveis de fecundidade para as mulheres alfabetizadas e não alfabetizadas em 1895 (Tabela 3). Por fim, com relação ao diferencial dos níveis de fecundidade

⁸ Onde a fecundidade declina apenas após a década de 1960, com a introdução dos métodos anticoncepcionais mais modernos e eficazes (como a pílula anticoncepcional e o dispositivo intra-uterino).

segundo a origem (nativa ou estrangeira) das mães, é possível levantar algumas hipóteses interessantes sobre o impacto da imigração internacional e as mudanças nos padrões de fecundidade.

De modo geral, existiam em 1895 diferenças entre os níveis de fecundidade das mulheres nativas e estrangeiras – muito embora essas últimas estivessem em menor número absoluto, já que a imigração privilegiara o contingente masculino –, com menor fecundidade entre as estrangeiras. A diferença chegava a 4,3 (número médio de filhos tidos) para as nativas, contra 4,0 para as mulheres estrangeiras. Em 1947, esse diferencial aparentemente se manteve, e o número médio de filhos também é menor para as estrangeiras – principalmente, na Região Pampeana (Tabela 4).

TABELA 3 - Número médio de filhos tidos por mulher, segundo distintas características das mães 1895

Número médio de filhos	Residência		Origem		Alfabetização	
	Urbana	Rural	Nativa	Estrangeira	Alfabetizada	Não-alfabetizada
	4,0	4,4	4,3	4,0	4,2	4,3

Fonte: Rothman (1973, p. 58).

TABELA 4 - Número médio de filhos tidos por mulher, segundo distintas características das mães - 1947

Número médio de filhos	Residência			Origem	
	Urbana	Rural	Região Pampeana	Nativa	Estrangeira
	3,0	4,8	3,1	3,6	3,2

Fonte: Rothman (1973, p. 58).

Algumas hipóteses trabalham com a ideia de que o padrão de fecundidade Europeu – em estágio mais avançado do descenso da fecundidade – pode ser “importado” para a realidade Argentina, facilitando o declínio da fecundidade dessas mulheres concentradas nas regiões mais urbanizadas (TORRADO, 2007a). Outras visões (ROTHMAN, 1973, p. 59; LATTES; LATTES, 1975, p. 58) apontam estimativas que consideram, para o final do século XIX, Taxas Brutas de Reprodução mais altas para as mulheres estrangeiras (advindas principalmente da região sul da Europa, onde a fecundidade apresentava níveis mais elevados do que o restante do continente). Por conta das discordâncias, tornam-se reduzidas as possibilidades de inferir sobre uma diferença efetiva entre os níveis de fecundidade das mulheres nativas e estrangeiras. Contudo, o papel da imigração internacional foi indispensável para o processo de Transição Demográfica na Argentina, sobretudo pelo peso da população estrangeira sobre a população total, e pela inserção de novos meios e modos de vida ao cotidiano argentino. Ou ainda, como afirmou Otero (2007): “Este aporte poblacional

exógeno resulto de excepcional importancia, tanto por su efecto direto (incremento de la población por radicación en el país), como por su efecto indireto (conformación de nuevas parejas y hogares y aporte a la natalidad)” (OTERO, 2007, p. 343).

Os diferenciais de fecundidade segundo as regiões do país também podem ser observados a partir do começo do século XX. Assim, a partir de 1914, as Taxas de Fecundidade Total para seis regiões distintas (Região Metropolitana de Buenos Aires, Região Pampeana, Cuyo, Noroeste, Nordeste e Patagônia) indicam o declínio mais acentuado da fecundidade na região Metropolitana de Buenos Aires, seguida pela Região Pampeana (Províncias de Buenos Aires, Córdoba, Entre Ríos, La Pampa e Santa Fe). Por fim, muito embora o descenso para o total do país tenha sido visualizado ainda na primeira metade do século XX (onde a TFT para 1947 era de 3,2), a heterogeneidade do caso Argentino torna-se muito evidente, e sinaliza que o declínio da fecundidade foi um fenômeno intenso e decisivo para a população residente nas áreas metropolitanas e urbanas, e teve magnitude significativa justamente pela alta concentração da população argentina nessas regiões mais desenvolvidas economicamente.

TABELA 5 - Taxa de fecundidade total por regiões (1914-1991)

Regiões	Taxa de Fecundidade Total				
	1914	1947	1970	1980	1991
Total do País	5,3	3,2	3,1	3,3	2,9
AMBA	3,8	2,4	2,3	3,0	2,8
Pampeana	4,8	3,4	2,8	3,1	2,9
Cuyo	4,9	4,2	3,5	3,3	3,2
Noroeste	4,9	4,9	4,4	4,2	3,6
Nordeste	5,2	4,5	4,2	4,4	4,0
Patagônia	4,6	4,0	3,5	3,9	3,5

Fonte: Torrado (2007a, p. 463).

Outros fatores extremamente importantes na análise da fecundidade e das mudanças nos padrões e níveis do fenômeno de reprodução estão relacionados diretamente ao comportamento conjugal da população argentina. Desse modo, as mudanças nos padrões de nupcialidade também compõem uma dimensão essencial na compreensão das transformações em curso. Na Argentina, dentro das expectativas apontadas, as mudanças nos padrões de nupcialidade são interessantes na medida em que podem indicar principalmente, a intensidade e o calendário da *primonupcialidade*, ou seja, da idade média de homens e mulheres no ato de seu primeiro casamento. Para os casos em que a primonupcialidade pode favorecer a compreensão sobre os padrões de fecundidade, o interesse recai sobre a idade média ao casar dos homens e principalmente, das mulheres. Nas sociedades em que o casamento ainda pode ser considerado o padrão tradicional de união conjugal,

como foi o caso da Argentina entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, a idade média do casamento pode ser um limite importante para o tamanho médio das famílias. Desse modo, se o matrimônio for postergado por muitos anos, a exposição das mulheres ao risco de produzir filhos (considerando o período reprodutivo de 15 a 49 anos) pode diminuir, fazendo com que estas tenham, ao longo da trajetória reprodutiva, menos filhos. Assim, o celibato também pode ser considerado um método contraceptivo efetivo, através do adiamento do matrimônio.

Do que se pode observar com relação ao momento nupcialidade e da primonupcialidade feminina, a idade média do casamento das mulheres argentinas, nos primeiros anos do século XX (1910) era de 24 anos (para o total do país). Para a Cidade de Buenos Aires – onde existem dados mais específicos– a idade média estava em torno dos 23 anos (23,7). Ainda no caso da Cidade de Buenos Aires, é bastante visível o adiamento das mulheres da idade média ao casamento, principalmente, ao longo da primeira metade do século XX. Em 1950, a idade média ao casar já estava em torno dos 27 anos de idade, como mostra a Tabela (6):

TABELA 6 - Idade média ao casamento na Argentina. Homens e mulheres. Total do país, Córdoba e cidade de Buenos Aires

Ano	Mulheres			Homens		
	Total do País ⁹	Córdoba	Cidade de Buenos Aires ¹⁰	Total do País	Córdoba	Cidade de Buenos Aires
1900			23,0			28,9
1905		24,0	23,1		30,0	29,0
1910	24,0	23,4	23,7	28,9	29,6	28,1
1915	24,2	22,9	24,4	28,9	29,6	28,4
1920		22,7			29,3	
1925		23,1	25,7		28,8	30,4
1930		23,0	25,9		28,7	30,3
1935	24,7		26,7	29,7		31,0
1940			27,0			31,1
1945			27,1			31,0
1950			27,5			31,3

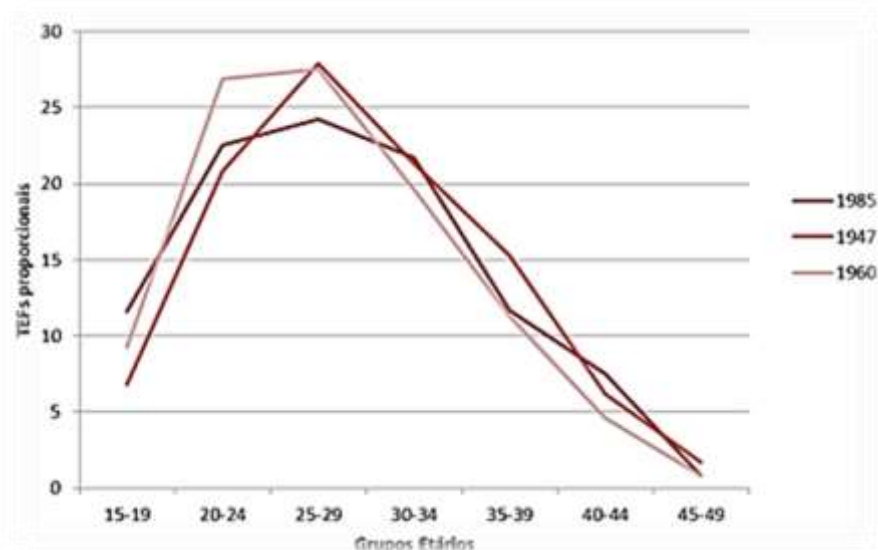
Fonte: Torrado (2007b, p. 414).

⁹ Refere-se aos matrimônios de forma geral, sem diferenciar a primonupcialidade das reincidências.

¹⁰ Refere-se à primonupcialidade (matrimônios de solteiros) exclusivamente.

Se a idade média ao primeiro casamento pode ser um indicativo interessante para observar o comportamento conjugal da população, como também, para gerar hipóteses sobre o padrão de fecundidade, é coerente também a observação das Taxas Específicas de Fecundidade¹¹, estimadas para os períodos de 1895, 1947 e 1960. As TEFs indicam a concentração da fecundidade no grupo etário de 25 a 29 anos. Embora em 1895, a proporção da fecundidade para esse grupo se aproxime consideravelmente dos grupos que o antecedem (20 a 24 anos) e sucedem (30 a 34 anos), a cúspide esteve concentrada entre os 25 e 29 anos de idade – e a concentração dos níveis nessa faixa etária aumentou nos anos 1940. Esse perfil aponta justamente um padrão de fecundidade tardia, e relacionado ao adiamento da primonupcialidade indica que declínio da fecundidade, sobretudo durante o século XX, também esteve bastante relacionado às mudanças nos padrões de comportamento conjugal da população argentina.

GRÁFICO 6 – Taxas específicas de fecundidade na Argentina - 1895, 1947 e 1960



Fonte: Rothman (1973, p. 55).

Embora o descenso da fecundidade – e também da natalidade – tenham se mantido ao longo da primeira metade do século XX, e ainda com quedas relativas após esse período (como será visto mais adiante), o caso Argentino passou por situações que puderam alterar momentaneamente o comportamento da fecundidade ao longo desse declínio. Os padrões de natalidade na Argentina foram diretamente afetados pelo *baby boom* e pelos seus efeitos geracionais: as taxas de fecundidade total, que no início da década de 1950 estavam em torno de 3,2 filhos por mulher alcançam, no intervalo de 1970 e 1980, o valor de 3,3 filhos por mulher. Esse aumento, no entanto,

¹¹ As Taxas Específicas de Fecundidade estimam o número médio de filhos em uma determinada idade ou grupo etário das mães. Por isso, é dada pelo quociente entre o número de nascidos vivos de mães em uma determinada idade ou grupo etário e o número de mulheres nessa mesma idade ou grupo etário.

não impediu que o descenso da natalidade e da fecundidade fosse retomado nos anos subsequentes. Segundo as informações dos Censos Demográficos de 1991, 2001 e 2010, o declínio da fecundidade se estendeu ao longo da segunda metade do século XX: a Taxa de Fecundidade Total Estimada, que para o ano de 1991 foi de 2,9 filhos por mulher, chegou a 2,4 no ano de 2001 e próxima ao nível de reposição populacional em 2010.

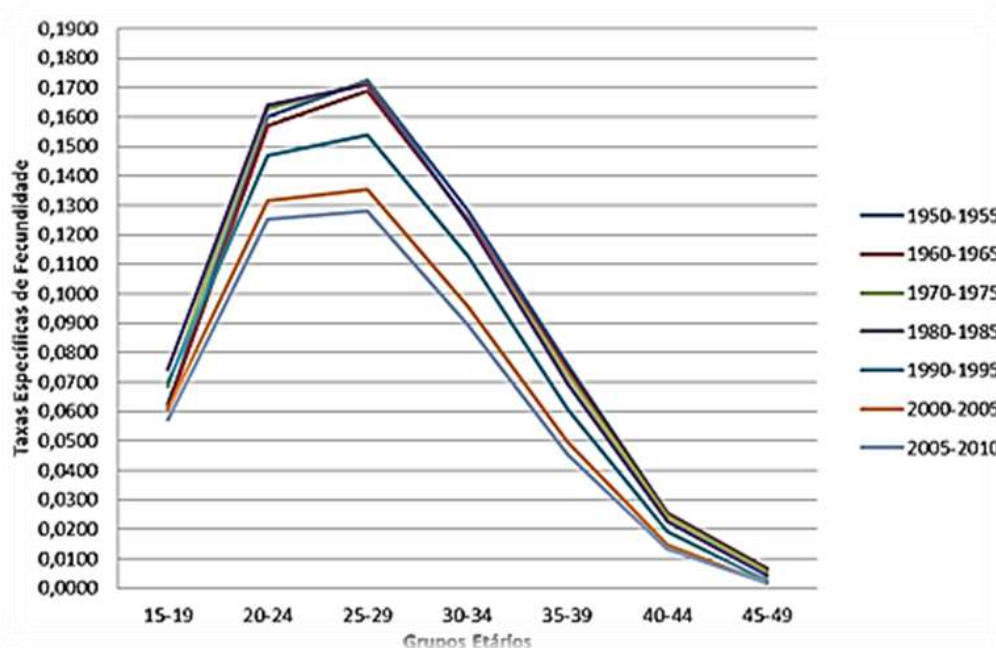
TABELA 7 - Taxas de fecundidade totais da população Argentina - Total do país 1869-2010

Anos Censitários	Taxa de Fecundidade Total
1869	6,8
1895	7,0
1914	5,3
1947	3,2
1960	3,1
1970	3,1
1980	3,3
1991	2,9
2001	2,4
2010	2,2

Fonte: INDEC. Censos Nacionales de Población.

Do mesmo modo, as transformações nos padrões de fecundidade e nos modelos de família e nupcialidade não se encerram na primeira metade do século XX, mas se ampliam ao longo da segunda metade do mesmo século e durante a primeira década do século XXI, acompanhando o declínio da fecundidade. As Taxas Específicas de Fecundidade, estimadas pelo Boletim Demográfico CELADE (CELADE/CEPAL, 2001), apontam o declínio generalizado da fecundidade entre todos os grupos etários, além da manutenção de um padrão de fecundidade tardio, com a Fecundidade concentrada no grupo etário entre 25 e 29 anos.

GRÁFICO 7 – Taxas específicas de fecundidade na Argentina - Total do país 1950-2000



Fonte: CELADE/CEPAL (2001).

Essas características também são resultados diretos de sucessivas transformações na estrutura da família e da nupcialidade, na ampliação do uso e do acesso a métodos contraceptivos (mesmo com algumas limitações legais impostas pelo governo argentino) e nas mudanças de valores morais, culturais e econômicos que favorecem as transformações observadas no campo reprodutivo. Desse modo, para compreender o que revelam as Taxas de Fecundidade, é necessário também maior apreensão sobre as transformações pelas quais passam a sociedade Argentina ao longo da segunda metade do século XX e dos primeiros anos do século XXI.

No final da década de 1960, a América Latina como um todo sente os efeitos diretos da ampla disseminação de métodos mais simples, eficazes e modernos de contracepção. Esse movimento, conhecido como *Segunda Revolução Anticonceptiva* (TORRADO, 2007a), teria sido inclusive, um dos grandes responsáveis pelo declínio da fecundidade em grande parte dos países latino-americanos. De todo modo, na Argentina, os métodos modernos de contracepção (principalmente, a pílula anticoncepcional e o dispositivo intrauterino) tornaram-se conhecidos entre as mulheres. O uso dos métodos também se ampliou, o que contribuiu diretamente para o declínio da fecundidade e para o adiamento da primeira maternidade, ou melhor, dizendo, para a decisão autônoma de *quando* ter filhos. No final da década de 1990, na Região Metropolitana de Buenos Aires, mais de 70% das mulheres argentinas sem nenhum filho faziam uso de métodos

contraceptivos, e uma considerável proporção destas declaravam o desejo de não os tê-lo¹². Do mesmo modo, na medida em que tinham determinado número de filhos (dois ou três), as mulheres declaravam ter atingido um tamanho de família ideal: cerca de 83% das mulheres com dois filhos, por exemplo, declararam não desejar ter mais filhos, e por isso, faziam uso de métodos contraceptivos.

Sobre a contracepção e também o planejamento familiar, podemos constatar que, muito embora o governo argentino tenha investido contra a disseminação desses aspectos¹³ ao longo das três últimas décadas do século XX, essas medidas foram amplamente consideradas pelas famílias argentinas principalmente nas regiões metropolitanas ou próximas a Capital Federal. Os Censos Demográficos de 1991, 2001 e 2010 revelaram o contínuo declínio da fecundidade abaixo dos três filhos por mulher, principalmente, na região da Área Metropolitana de Buenos Aires e na região Pampeana.

Apesar de todos esses aspectos, o declínio da fecundidade ao longo da segunda metade do século XX parece ter ocorrido mais lentamente. De fato, a Taxa de Fecundidade próxima ao nível de reposição populacional – um dos indicativos de conclusão do processo de Transição Demográfica – só pode ser observada já nos resultados do último censo realizado no país. Esse declínio mais lento pode estar relacionado, sobretudo à importância dos diferenciais regionais: enquanto nas Províncias de Córdoba, Santa Fe, La Rioja, e na Cidade de Buenos Aires a TFT já estava abaixo do nível de reposição populacional em 2010, as demais regiões do país ainda tinham um número médio de filhos por mulher igual ou acima de 2,1. A grande maioria, acima: na província de Santa Cruz, o número médio de filhos por mulher ainda estava em torno de 3,1 no último censo demográfico. Assim, mesmo tendo passado por mudanças nos padrões de fecundidade ainda no século XIX, próximo e anterior às experiências de muitos países europeus (como nos Países Baixos, Noruega e Alemanha, em que o declínio da fecundidade acontece a partir de 1900, e em países como Itália, Espanha e Portugal, em que o declínio iniciou-se já na década de vinte do século XX), a Transição da Fecundidade e consequentemente, a Transição Demográfica na Argentina ainda é um processo que está se concretizando, dadas as suas especificidades regionais. Mesmo antecedendo o processo ocorrido na América Latina como um todo, a configuração do fenômeno nesse aspecto também é

¹² Os dados sobre o uso de métodos anticoncepcionais entre as mulheres argentinas na Área Metropolitana de Buenos Aires são resultados de uma pesquisa feita com um grupo de mulheres de 20 a 49 anos que conviviam em união (legal ou consensual) no momento da entrevista, em 1999. Alguns resultados estão disponíveis em TORRADO, (2007, p. 460).

¹³ Em 1974, o governo Argentino imputa, dentre outras medidas, uma legislação altamente restritiva à regulação da fecundidade. Dentre as medidas tomadas, procurou-se impedir o planejamento familiar (e sua disseminação) em instituições de saúde pública e em obras sociais do governo. Do mesmo modo, foram criadas algumas barreiras ao conhecimento e ao uso de anticoncepcionais modernos, que afetaram principalmente, as classes sociais mais abastadas, assim como, proibiu-se a educação sexual no sistema escolar.

muito similar ao processo de Transição da Fecundidade ocorrida nas principais nações europeias: sendo as transformações nos padrões de mortalidade e fecundidade bastante intensas num primeiro momento, mas demandando, na realidade, maior tempo para sua concretização.

Apesar disso, as transformações sobre o perfil da população e principalmente, das mulheres continuaram em curso ao longo dos primeiros anos do século XXI. A Pesquisa Nacional de Domicílios (*Encuesta Anual de Hogares*) de 2006 possibilitou algumas associações entre o número médio de filhos por mulher e o grau ou nível de instrução educacional destas na região de Buenos Aires. Assim, entre as mulheres argentinas que viviam em Buenos Aires em 2006 com o nível de estudo primário incompleto e completo, a diferença entre as TFTs foi da ordem decimal de 1,4 (as mulheres com nível primário incompleto tinham, em 2006, cerca de 3,9 filhos, contra 2,5 daquelas com nível primário completo). Dentre as mulheres com nível educacional superior ou universitário, a fecundidade já estava em torno de 1,8 filhos por mulher (bem abaixo do nível de reposição populacional). Esse panorama, segundo Suzana Torrado: “está mostrando una población com muy fuerte motivación por familias pequeñas y con una regulación muy difundida y eficaz de la procreación” (TORRADO, 2007a, p. 461).

As contínuas transformações nos padrões de família e nupcialidade também são essenciais para entender as mudanças nos aspectos reprodutivos da população argentina ao longo da segunda metade do século XX e primeiros anos do século XXI. A coabitação passa a ser amplamente aceita entre as classes médias urbanas na Argentina. Isso produziu diretamente, ao longo das últimas quatro décadas do século XX, um aumento exponencial no nascimento de filhos fora do casamento: cerca de 24% dos nascimentos na década de 1960, os nascimentos ilegítimos passaram para 58% nos anos 2000, ou seja, mais da metade do número total de nascimentos (TORRADO, 2007b). Esse aumento da ilegitimidade se deu de forma inversamente proporcional à diminuição das taxas de natalidade, o que indica que com o descenso da natalidade de modo geral, estavam também associadas novas formas de organização familiar e nupcialidade entre os casais argentinos.

Ao longo dos últimos anos, esses comportamentos têm mostrado, segundo Mazzeo (2008b), um maior desprendimento da instituição matrimonial como reguladora da vida em casal. A Pesquisa Anual de Domicílios (2006) indicou que, na Cidade de Buenos Aires, mais da metade dos casais entre 25 e 34 anos estavam unidos de forma consensual. Entre os mais jovens (de 14 a 24 anos), as uniões consensuais e a coabitação já representam mais de 80% do total das uniões. Isso indica que nessa faixa etária, torna se muito comum o estabelecimento de uniões consensuais (ou coabitação) antes do casamento “oficial”. A coabitação pré-marital pode ser inclusive, um apontamento interessante do adiamento da idade dos argentinos ao primeiro casamento: entre os anos 1980 e a primeira década do século XXI, a idade média ao casamento foi postergada em torno de quatro anos (para os

homens) e cerca de cinco anos (para as mulheres). A idade à primonupcialidade entre os Argentinos, principalmente na cidade de Buenos Aires, agora já chega aos trinta anos (MAZZEO, 2008b). Também aumentaram, principalmente após a década de 1980, os números de separação e divórcio bem como o recasamento entre os divorciados, consequência direta da promulgação da lei de divórcio vincular pelo governo argentino em 1987. Todas as modificações nos comportamentos nupciais incidem diretamente sobre o processo de formação e organização de novas famílias.

TABELA 8 - Distribuição percentual da população de 14 anos ou mais por Tipo de União - Cidade de Buenos Aires, 2006

Grupos de Idade	Tipo de união	
	Consensual	Legal
14-24	84,1	15,9
25-34	52,2	47,8
35-44	30,9	69,1
45-54	20,6	79,4
55-64	11,8	88,2
65 ou mais	8,7	91,3
Total	27,9	72,1

Fonte: Pesquisa Anual de Domicílios (Encuesta Nacional de Hogares, 2006).

A segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI foram assim, decisivos na Argentina para o descenso da fecundidade muito próximo ao nível de reposição populacional. O que se observa não são apenas mudanças nos níveis ou padrões da fecundidade, mas de modo geral, transformações importantes relativas ao comportamento nupcial e reprodutivo: modificam-se as tendências nos tamanhos ideais de família, bem como na formação e organização das mesmas. Essa nova dinâmica, observada também em países desenvolvidos que passaram pelo declínio das taxas de natalidade e fecundidade tais como descreveram os prognósticos da Primeira Transição Demográfica, tem sido identificada por alguns estudos em demografia como o momento da *Segunda Transição Demográfica*¹⁴: em que o declínio no número de nascimentos e no número médio de filhos tidos por mulher é seguido de perto por mudanças na composição familiar e conjugal - com a diminuição do número de matrimônios, o aumento da coabitação, dos divórcios e da reincidência dos casamentos.

¹⁴ A Segunda Transição Demográfica, introduzida ao debate e aos estudos demográficos pelos autores Ron Lesthaegue e Dirk J. Van de Kaa explora, basicamente, as modificações nos padrões de fecundidade, composição familiar e conjugal como resultado de mudanças nos valores morais, culturais e sociais que favorecem a transformação do comportamento reprodutivo, principalmente após a segunda metade do século XX. Desse modo, o contínuo descenso da fecundidade seria resultado não apenas no que diz respeito à contracepção ou aos limites da nupcialidade, mas mais especificamente, às decisões autônomas dos indivíduos sobre ter ou não filhos ou ter ou não família, além de considerar seu tamanho e composição (VAN DE KAA, 2004).

As grandes transformações não se dão assim, apenas na esfera dos números de filhos ou tamanho das famílias, mas refletem também importantes transformações culturais, morais e de padrões de comportamento reprodutivo, e produzem efeitos sobre a estrutura e dinâmica populacional na Argentina principalmente após a segunda metade do século XX. Com a diminuição no número de nascimentos, diminuem também a proporção de jovens sobre a população total, do mesmo modo em que aumentam as proporções das pessoas em idades mais avançadas. As proporções entre os grandes grupos de idade na Argentina, a partir de 1950, revelam alterações significativas que o descenso da fecundidade provocou sobre a estrutura etária da população. Nota-se a relativa diminuição do grupo menor de 14 anos, que passou de 30,5% da população total em 1950 para aproximadamente 24% em 2010 (com algumas oscilações importantes entre 1975 e 1990, em que o aumento da proporção se deu principalmente, pelos filhos das gerações nascidas durante o *baby boom*). Do mesmo modo, foi visível o aumento do peso relativo do grupo de 65 anos ou mais: representando apenas 4,2% da população total em 1950, os idosos, nas estimativas para o ano de 2010, representavam mais de 10% da população total. A diminuição da proporção de jovens e o aumento do peso relativo dos idosos produziram oscilações importantes na *relação de dependência*¹⁵ entre os grupos etários: a razão de dependência aumentou entre 1950 e 1990, chegando a 65%, por conta do aumento do peso relativo do grupo etário mais idoso e pela ainda elevada proporção de jovens menores de 14 anos. Após a década de 1990, a relação tende a abrandar, por conta da diminuição da proporção do grupo etário mais jovem. Contudo, o aumento do peso relativo da população idosa faz com que esse descenso seja lento e gradual.

TABELA 9 - População Argentina entre os grandes grupos etários - 1950 2010

% da população	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
0-14 anos	30,53	30,76	30,76	30,19	29,35	29,20	30,49	30,97	30,69	29,12	27,92	26,32	24,87
15-64 anos	65,27	64,38	63,65	63,54	63,64	63,15	61,31	60,42	60,25	61,31	62,14	63,44	64,52
65 ou mais	4,21	4,86	5,58	6,27	7,02	7,65	8,20	8,61	9,06	9,57	9,94	10,23	10,61
Razão de Dependência (por 100)	53,22	55,34	57,10	57,38	57,14	58,35	63,11	65,50	65,99	63,11	60,94	57,62	54,98

Fonte: CELADE/CEPAL (2012).

Outros claros sinais do envelhecimento demográfico, ou do aumento do peso relativo dos idosos sobre a população Argentina, são dados com aumento da expectativa de vida ao nascer: como visto anteriormente, a expectativa de vida da população aumenta consideravelmente nos primeiros

¹⁵ A Razão de Dependência é obtida considerando o peso da população inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (dos 15 aos 64 anos de idade).

cinquenta anos do século XX, resultado do declínio da mortalidade (sobretudo, da mortalidade infantil). Após 1950, a elevação da expectativa de vida é ainda mais significativa: de 62 anos em média, para 75 anos em 2010. O aumento é ainda mais significativo entre as mulheres – segundo as projeções do CELADE/CEPAL (2001), muito provavelmente elas chegarão aos 80 anos de idade na próxima década.

TABELA 10 - Expectativa de vida. População Argentina - 1950 a 2010

	1950- 1955	1955- 1960	1960- 1965	1965- 1970	1970- 1975	1975- 1980	1980- 1985	1985- 1990	1990- 1995	1995- 2000	2000- 2005	2005- 2010
Expectativa de vida ao nascer												
Ambos sexos	62,55	64,55	65,27	65,80	67,24	68,67	70,17	71,02	72,15	73,29	74,36	75,18
Homens	60,42	62,14	62,47	62,75	64,10	65,44	66,82	67,58	68,60	69,65	70,60	71,39
Mulheres	65,14	67,44	68,62	69,33	70,78	72,22	73,74	74,62	75,80	76,95	78,10	78,96
Aos 60 anos												
Ambos sexos	16,40	17,08	17,02	17,26	17,62	17,98	18,50	18,83	19,42	20,08	20,53	21,08
Homens	14,96	15,50	15,13	15,30	15,53	15,76	16,14	16,37	16,82	17,34	17,65	18,07
Mulheres	17,89	18,68	18,87	19,08	19,45	19,82	20,38	20,73	21,37	22,09	22,63	23,26

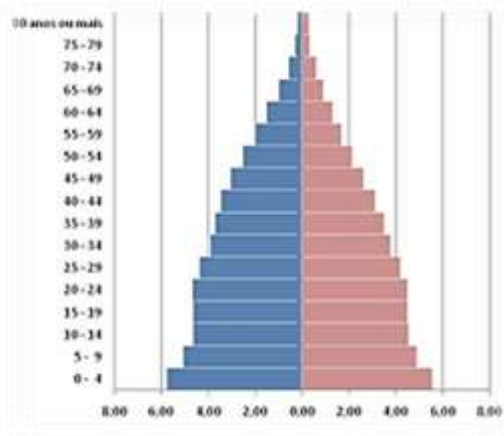
Fonte: CELADE/CEPAL (2012).

A ideia dinâmica da transformação da estrutura etária na população Argentina principalmente após 1950 também pode ser dada pela análise das pirâmides etárias do período mais recente. Assim, as Pirâmides Etárias Por Grupos de Idade para o intervalo de 1950-2010 indicam o claro estreitamento da base da pirâmide, resultado do descenso contínuo da fecundidade (com exceção das décadas de 1970 e 1980 que sentem, mais uma vez, os efeitos da segunda geração do baby boom), e do aumento do peso relativo da população idosa a partir dos anos 1970, com um salto significativo entre 1990 e 2000. De acordo com as projeções, em mais ou menos quarenta anos (ou em 2050), a estrutura da pirâmide etária indica que a população argentina será predominantemente envelhecida.

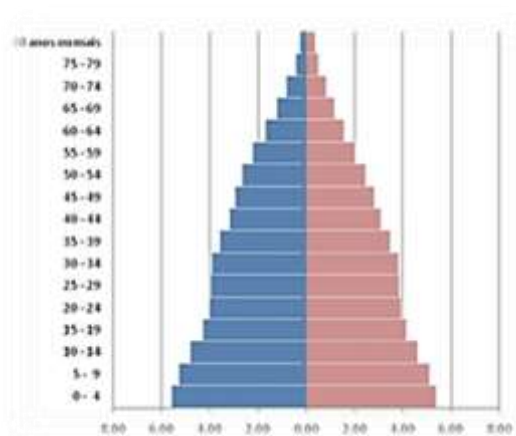
Pirâmide etária por grupos de idade

ARGENTINA

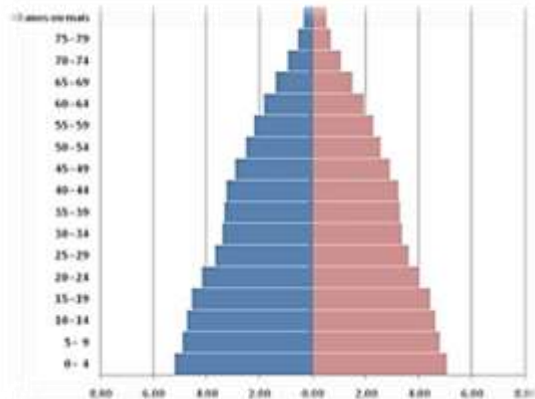
1950



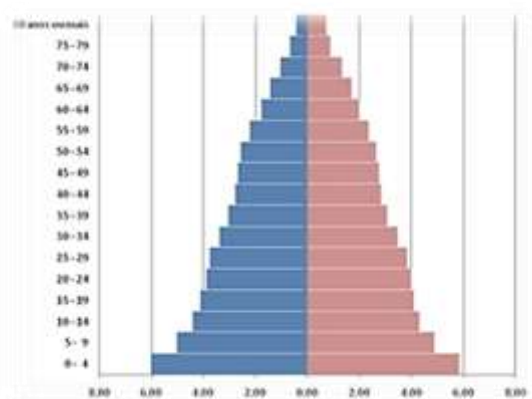
1960



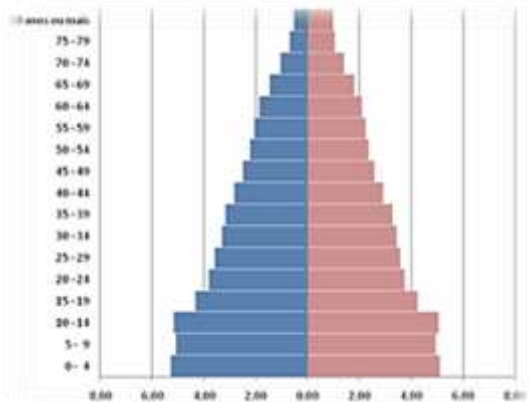
1970



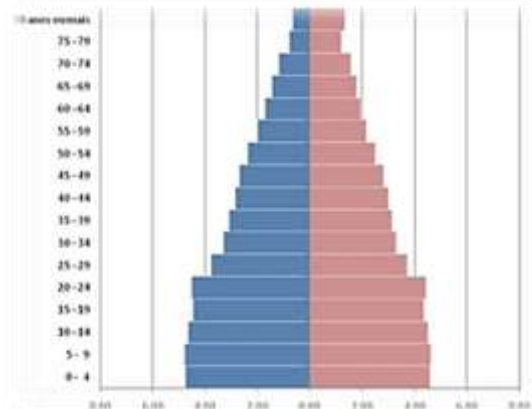
1980

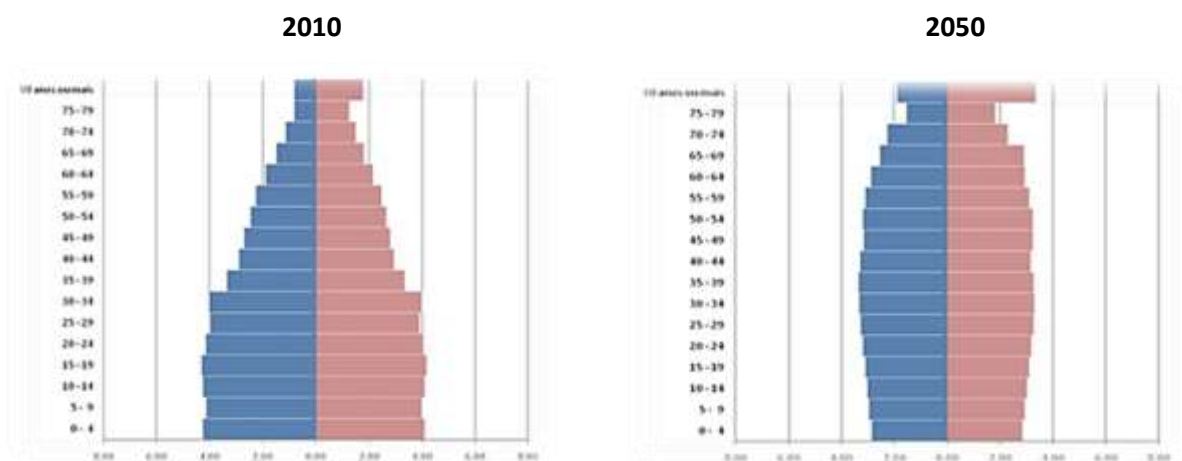


1990



2000





Fonte: CELADE/CEPAL (2012).
Elaboração Própria.

Não restam dúvidas, portanto, de que o declínio da fecundidade iniciado ainda no final do século XIX e intensificado durante os séculos XX e XXI assenta novos desafios à economia argentina e às políticas públicas, principalmente com relação aos serviços de previdência e saúde para a população acima dos 65 anos. Desse modo, os esforços do governo argentino, pelo menos para as próximas quatro décadas, devem estar centrados sobre o envelhecimento e suas consequências à dinâmica econômica, social e demográfica da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O declínio dos níveis de fecundidade na Argentina ainda no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, possibilitado por conta do elevado grau de urbanização e concentração populacional nas áreas economicamente mais favorecidas do país, dentre outros fatores socioeconômicos, tornam a experiência Argentina como um caso excepcional ao contexto da Transição Demográfica na América Latina. É um processo que de fato, inicia-se de forma precoce e que pode ser comparado às mudanças demográficas que ocorrem em alguns dos principais países europeus ainda no século XIX - como Países Baixos, Noruega, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal.

Por outro lado, as especificidades regionais, e os diferenciais nos níveis de fecundidade entre as províncias mais e menos avançadas em termos de desenvolvimento social e econômico no país podem ter colaborado para que a consolidação do processo de Transição Demográfica – com enfoque para a transição da fecundidade – se desse de forma mais lenta e gradual: a taxa de fecundidade próxima ao nível de reposição populacional – um dos indicadores de conclusão do processo de Transição Demográfica – só pode ser observada já nos resultados do último censo demográfico realizado no país.

A transição dos níveis de fecundidade na Argentina sempre foi acompanhada de perto por mudanças significativas nos padrões de comportamento nupcial e reprodutivo dos casais argentinos: a partir da década de 1960, assume importância tanto a ampliação do acesso e uso dos meios anticoncepcionais modernos, quanto o aumento da coabitação, dos divórcios, dos re-casamentos e da fecundidade extramarital. Esses podem ser já nos anos 2000, fatores que induzem a pensar que a Argentina deve estar entrando num processo que pode ser compreendido mais amplamente como característico de uma Segunda Transição Demográfica. Do ponto de vista do comportamento reprodutivo, portanto, não restam dúvidas de que o processo de modernização na sociedade argentina desde o final do século XIX foi sentido e repercutido diretamente no âmbito da constituição familiar.

Não se pode deixar de considerar também os impactos diretos do descenso da fecundidade e da natalidade sobre a estrutura e dinâmica da população, principalmente na segunda metade do século XX. Com a diminuição no número de nascimentos, diminuiu progressivamente também a proporção de jovens sobre a população argentina, do mesmo modo em que aumentaram as proporções das pessoas em idades mais avançadas. As mudanças na estrutura etária, tendo em vista o aumento do peso relativo da população acima dos 65 anos e a diminuição na proporção de jovens caracterizam assim, o *envelhecimento demográfico* dessa população: que, mais dia menos dia, imporá novos desafios à demografia, economia e sociedade argentina.

REFERÊNCIAS

- BONGAARTS, J.; MENKEN, J. The supply of children: a critical essay. **Center for Policy Studies Working Papers**, n. 95, New York, NY, The Population Council, 1983.
- _____. A framework for the analysis of the proximate determinants of fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 4, n. 1, p. 105-132, 1978.
- CALDWELL, J. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, New York, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, 1976.
- CELADE/CEPAL. **Revisión 2012: base de datos de población**. Santiago de Chile, Chile, 2012.
- _____. América Latina: fecundidad 1950-2050. **Boletín Demográfico**, Santiago de Chile, Chile, n. 68, 2001.
- DE JANVRY, B.; ROCHMAN, A. M. **Fecundidad en Buenos Aires**: informe sobre los resultados de la encuesta de fecundidad en el área de capital y gran Buenos Aires. Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1964.
- ELIZAGA, J. C. La Evolución de la población de la Argentina en los últimos cien años. In: CELADE. **Temas de población de la Argentina**: aspectos demográficos. Santiago de Chile, Chile, 1973.
- ENCUESTA Nacional de Hogares 2006 de la Ciudad de Buenos Aires, no 15. Buenos Aires, Argentina: Dirección General de Estadística y Censos. Ministerio de Hacienda. Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2009.
- GUZMAN, J. M. **El aporte latinoamericano al análisis de los factores determinantes de la fecundidad**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 1994.
- INDEC. **Censos Nacionales de Población**. Serie Histórica de 1991, 2000 e 2010.
- LATTES, A. E. Las migraciones en la Argentina entre mediados del siglo XIX y 1960. In: CELADE. **Temas de población de la Argentina**: aspectos demográficos. Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1973.
- LATTES, Z. R.; LATTES, A. E. **La población de Argentina**. Buenos Aires, Argentina: CICRED, 1975.
- LÓPEZ, E. Los dichos y los hechos: formación de la familia y anticoncepción en mujeres pobres del conurbano de Buenos Aires. PANTELIDES, E. A.; BOTT, S. (Ed.). **Reproducción, salud y sexualidad en América Latina**. Buenos Aires, Argentina: Biblos/OMS, 2000.
- MAZZEO, V. Las familias monoparentales en Argentina: la importancia de la jefatura femenina. Diferencias regionales, 1980-2001. In: CONGRESO ALAP, 3., 2008, Córdoba, Argentina. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2008a.
- _____. ¿Es posible medir en Argentina las nuevas realidades familiares con las fuentes de datos existentes? El caso de la Encuesta Anual de Hogares de la Ciudad de Buenos Aires y la medición de las familias ensambladas. In: CONGRESO ALAP, 3., 2008, Córdoba, Argentina. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2008b.
- _____. **Comportamiento de la nupcialidad en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en el período 1890-1999**. Buenos Aires, Argentina: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Dirección General de Estadística y Censos, Imprenta Municipal, s.d. (Serie Estudios Especiales).
- NOTESTEIN, F. W. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (Comp.). **Food for the world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1945.
- OTERO, H. El crecimiento de la población y la transición demográfica. In: TORRADO, S. (Comp.). **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario**: una historia social del siglo XX. Buenos Aires, Argentina: EDHASA, 2007.

PANTELIDES. La transición de la fecundidad en la Argentina 1869-1947. **Cuadernos Del CENEP**, Buenos Aires, Argentina, n 54, 2006.

_____. La transición de la fecundidad en la ciudad de Buenos Aires: una aproximación. **Poblacion de Buenos Aires**, Buenos Aires, Argentina, Año 1, v. 1, p. 35-41, dez.2004.

_____. La terminación de la transición de la fecundidad: el caso de la Argentina. **Boletín de Población de las Naciones Unidas**, New York, NY, Edição Especial, n. 48/49, 2002.

_____. **Diferenciales de fecundidad en la transición demográfica**: poblaciones argentinas. Tandil, Argentina: PROPIEP, 1997.

_____. A century and a quarter of fertility change in Argentina: 1869 to the present. In: GUZMÁN, J. M. et al. (Ed.). **The fertility transition in Latin America**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

_____. La fecundidad argentina desde mediados del siglo XX. **Cuadernos del CENEP**, Buenos Aires, Argentina, n. 41, 1989.

_____. Notas respecto a la posible influencia de la inmigración europea sobre la fecundidad de la Argentina. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, Argentina, v. 1, n. 3, 1986.

_____. La transición demográfica argentina: un modelo no ortodoxo. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, Argentina, v. 22, n. 88, 1983.

ROTHMAN, A. M. La fecundidad en la Argentina entre 1869 y 1970. In: CELADE. **Temas de población de la Argentina**: aspectos demográficos. Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1973.

SOMOZA, J. L. La Mortalidad en la Argentina entre 1869 y 1960. In: CELADE. **Temas de población de la Argentina**: aspectos demográficos. Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1973.

THERBORN, G. Casais, bebês e estados. In: _____. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

THOMPSON, W. S. Population. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 34, 1929.

TORRADO, S. Transición de la fecundidad. Los hijos ¿cuántos? ¿cuándo?. In: _____ (Comp.). **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario**: una historia social del siglo XX. Buenos Aires, Argentina: EDHASA, 2007a.

_____. Transición de la nupcialidad. Dinámica del mercado matrimonial. In: _____ (Comp.). **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario**: una historia social del siglo XX. Buenos Aires, Argentina: EDHASA, 2007b

_____. Natalidad y fecundidad en Argentina desde fines del siglo XIX. In: CONFERENCIA REGIONAL LATINOMERICANA DE POBLACIÓN, 1970, México, DF. **Anais...** México, DF: UIECP, 1970.

VAN DE KAA, D. J. Is the second demographic transition a useful research concept: questions and answers. **Vienna Yearbook of Population Research**, Vienna, Austria, v. 2004, p. 4-10, s.d. Disponible em: <<http://www.oew.ac.at/vid/publications/VYPR2004/VYPR2004.shtml>>.

WONG, L. L. R.; BONIFÁCIO, G. M. Retomada da queda da fecundidade na América Latina: evidências para a primeira década do século XXI. **Revista Latinoamericana de Población**, Buenos Aires, Argentina, Año 3, n. 4-5, 2009.

ZAVALA DE COSIO, M. E. La transición demográfica en América Latina y en Europa. In: SEMINAR ON FERTILITY TRANSITION IN LATIN AMERICA, 1990, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Liège: IUSSP, 1990.

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O CASO PARAGUAIO

Giovana Gonçalves Pereira¹⁶

RESUMO

O presente artigo busca elucidar acerca da transição demográfica em curso no Paraguai desde meados dos anos de 1990. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos e consultas ao Censo Demográfico paraguaio, bem como, à base de dados da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Almeja-se, da mesma forma, incitar novos questionamentos e inferências sobre a nova realidade paraguaia ao compreender a transição como produto das transformações sociais e econômicas de um país, em conjunto a sua conjuntura histórica.

ABSTRACT

This article seeks to elucidate about the demographic transition underway in Paraguay since the mid 1990s. Therefore, literature surveys and consultations Census Paraguay were performed as well, based on data from the Economic Commission for Latin America (ECLAC). One hopes, in the same way, encourage new questions and inferences about the new Paraguayan reality to understand the transition as a product of social and economic transformation of a country together its historical context.

¹⁶ Aluna do Programa de Pós Graduação em Demografia – Nível Mestrado – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: giovana.ggp@gmail.com

INTRODUÇÃO

Localizado ao sul da América Latina, o Paraguai possui uma trajetória histórica distinta como discutiremos na seção “Perfil Socio-Histórico do Paraguai”. Sua formação se inicia na primeira parte do século XVI e, desde então, o espaço que aos poucos constituirá o Paraguai no século XIX, permanece “encravado no subcontinente” (SOUCHAUD, 2011). Em seu último levantamento censitário divulgado em 2002, o país contava com 5.163.198 habitantes em contraposição aos 3.029.830 contabilizados em 1982. O país é também o único da América do Sul que reconhece oficialmente o bilinguismo; 86,7% da população paraguaia utilizam-se do guarani para comunicar-se, enquanto que cerca 70% dos paraguaios se comunicam em espanhol, e, apresenta 2.650.00 pessoas bilíngues (que falam os idiomas oficiais), de acordo com dados do Censo Paraguaio de 2002. Contudo, apesar da língua ser o reflexo das condições socioculturais e vincular-se à educação, o guarani não define o Paraguai como indígena, pois somente 1,7% (89.169) da população se declaram como tal (DGEEC, 2005).

Em nível político administrativo, o Paraguai se divide em 17 departamentos, em conjunto, a capital Asunción. Ainda de acordo com o Censo de 2002, o país manteve suas baixas densidades populacionais e distribuições desiguais no território, apresentando 12,6 habitantes por km² em um espaço de 406.752 km². O território paraguaio se divide geograficamente em duas regiões: a Região Ocidental, o Chaco Paraguaio, que apesar de representar 60% do território, abriga somente 2,6% da população (0,5 hab/km²) e, a Região Oriental que concentra 97,4% da população (31,5 hab/km²). Conquanto, os departamentos que concentram a maior parte da população são: o Departamento Central, o de Asunción e do Alto do Paraná.

Já em relação ao crescimento populacional, a população paraguaia quadruplicou de tamanho em meio século (DGEEC, 2005) e, estima-se que caso mantenham-se taxas similares de crescimento o Paraguai duplicará sua população em aproximadamente 30 anos. De fato, a partir dos anos 90, o país vive uma transição demográfica moderada (SIMANCAS; ZUÑIGA, 1998), dado o declínio da mortalidade, ocasionada, particularmente pela queda da Taxa de Mortalidade Infantil e, consequente aumento da expectativa de vida. Todavia, ocorre uma manutenção de altas taxas de fecundidade, que apesar do declínio de 6,5 filhos por mulher entre 1950 a 1965 para 3,88 filhos por mulher entre os anos de 1995 e 2000, ainda permanecem altas. A média da América Latina para o mesmo período é dada pelo declínio de 5,9 para 2,75 filhos por mulher (CEPALSTAT).

O crescimento populacional é visto, em alguns casos, com “bons olhos” dada a visão economicista que prega a manutenção do mercado interno como essencial para o desenvolvimento. Todavia, o crescimento populacional, como pontuam Simancas e Zúñiga (1998), deve ser compreendido a priori pelo diálogo entre população, desenvolvimento e meio-ambiente,

recomendação, inclusive, presente nas Conferências Mundiais de Cairo (1994) e Beijing (1995). Dado que a principal fonte para acompanharmos a evolução temporal do crescimento populacional é por meio dos Censos, e o fato do Paraguai apresentar falhas metodológicas em seus levantamentos censitários (SIMANCAS; ZUÑIGA, 1998) e em suas estatísticas vitais, cerca de 30% da população de 0 a 4 anos, em 2002, não possuía registro de nascimento. Fundamentaremos nossa análise em estudos realizados anteriormente na região (SIMANCAS; ZUÑIGA, 1998; SOUCHAUD, 2007; 2011), bem como, na análise da base de dados do CEPALSTAT e dos resultados disponibilizados em periódicos do DGEEC (Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos). Almeja-se, assim, levantar as transformações socioeconômicas e demográficas ocorridas no Paraguai nas últimas décadas que corroboraram para o desenvolvimento da Primeira Transição Demográfica.

1. A Transição Demográfica na América Latina

A teoria da transição demográfica tornou-se ao redor do mundo uma espécie de guia para políticas públicas, tanto para decisões governamentais quanto para análises acerca da evolução populacional em longo prazo. A transição demográfica se inicia no final do século XIX a partir do declínio das taxas de mortalidade e fecundidade em grande parte dos países ocidentais desenvolvidos.

O desenvolvimento das inquietações acerca das mudanças na dinâmica demográfica é exemplificado por Cadwell (1976), a partir de uma reconstrução história. Temos então que em 1929, Thompson, um demógrafo norte-americano, formula a teoria da transição demográfica, conquanto, ele não consegue delimitar as reais causas das quedas das taxas de fecundidade e mortalidade. Na década de 1940, Notestein, responsável pela constituição da teoria da transição demográfica moderna explicita que as taxas de fecundidade se relacionam ao padrão cultural específico a cada sociedade. Entretanto, com o advento da industrialização e consequente urbanização, pode-se observar o declínio das taxas de mortalidade e fecundidade de forma geral, visto que o comportamento de ambas as variáveis demográficas são influenciados pelas transformações de ordem socioeconômicas e culturais. Com a melhora da qualidade de vida, proporcionado pelo surgimento de antibióticos e mudanças comportamentais, assistimos o declínio da mortalidade em especial pela diminuição dos óbitos causados pelas doenças infectocontagiosas e parasitárias e, também pela queda da taxa de mortalidade infantil. As taxas de fecundidade, por sua vez, são reduzidas devido ao ‘encarecimento’ da manutenção de um núcleo familiar, ademais, temos uma transformação dos valores (secularização, racionalização da vida, etc) (CADWELL, 1976).

Na América Latina, em 1970, de acordo com os estudos de Wong e Bonifácio (2009), temos o início das quedas de fecundidade, o que representou uma necessidade de readequação dos

programas sociais. O declínio da fecundidade é, então, delineado por meio da compreensão de diversas instâncias como a fecundidade na adolescência, a concepção da maternidade, os padrões de contracepção, as preferências reprodutivas e a realização de abortos inseguros. No final da década de 2000, assiste-se nas áreas urbanas a redução da fecundidade para em torno de 1,5 filhos por mulher, ou seja, abaixo do nível de reposição populacional. Entretanto, observa-se simultaneamente um incremento de 20% da participação do grupo etário dos 15-17. Historicamente o padrão etário da fecundidade latino americana apresenta cúspides jovens, ou seja, se concentra no grupo etário dos 20 a 24 anos. A gravidez na adolescência, contudo, também merece destaque dado que ocorre um ligeiro aumento de ocorrência na região o que remete a falta de acesso a informações e a baixa escolarização feminina.

Em contraposição, temos, simultaneamente, uma tendência de adiamento da maternidade dado o declínio acentuado nas faixas etárias femininas abaixo dos 30 anos de idade. Em outras palavras, ocorre na América Latina um aumento do número de mulheres sem filhos nas idades centrais do período reprodutivo, dadas as transformações ocorridas nas atitudes ideacionais que se relacionam à Segunda Transição Demográfica (WONG; BONIFÁCIO, 2009) – fundamentada na focalização da autorrealização de cada indivíduo proporcionada por mudanças estruturais da sociedade (cultura, estrutura social e tecnologia) (VAN DE KAA, 2004).

Em síntese, podemos estabelecer que a Primeira Transição Demográfica perpassa as transformações proporcionadas pelo desenvolvimento econômico (industrialização; modificação dos modos de produção; urbanização), que ocasiona a queda da mortalidade e da fecundidade (novo ideal de família). Como pontua Therborn (2006), em razão das irregularidades do comportamento humano, a teoria é por vezes amplamente questionada, entretanto, a ampla trajetória descritiva da teoria possui um grande significado histórico. De acordo com dados da ONU o ciclo da Primeira Transição Demográfica se encerraria nas maiorias dos países, provavelmente, em 2050 dado que o período de estabelecimento da transição depende das condições endógenas e exógenas ao país, assim como, das transformações da estrutura social, econômica e cultural. A Segunda Transição Demográfica se relacionaria, por sua vez, essencialmente em decorrência de transformações estruturais da sociedade que refletem diretamente no comportamento das pessoas, como por exemplo, a busca pela realização pessoal antes da constituição familiar.

No caso do Paraguai, a partir dos anos de 1990, a dinâmica populacional é marcada por um rápido crescimento fundamentado na ação conjunta da manutenção da alta taxa de fecundidade, do constante declínio da taxa de mortalidade infantil e da estabilização positiva do saldo migratório. Neste momento, de acordo com Simancas e Zúñiga (1998) é sinalizado o início da Transição Demográfica no país. Como podemos perceber, a Transição Demográfica no Paraguai se inicia após

30 anos do começo da transição na maior parte do continente latino americano. Basicamente as especificidades do caso paraguaio podem ser relacionadas à sua formação histórica. Neste sentido, a “Grande Guerra” protagonizada pelo Paraguai em oposição à coalização da Argentina, Brasil e Uruguai deve ser também analisada no balanço final das hipóteses e questionamentos acerca do comportamento da dinâmica populacional paraguaia (padrões de fecundidade, mortalidade e migração).

2. Perfil Socio-Histórico do Paraguai: A Constituição da Nação Paraguaia

O Paraguai se constituiu ao longo dos anos como um “país agrícola”. Um dos melhores panoramas acerca da história paraguaia é construído por Souchaud em *Geografia da Migração Brasileira no Paraguai* (2007). De acordo com Souchaud (2007), a formação do Paraguai é marcada por uma “dinâmica espacial oscilante” que influenciará na estruturação social e espacial do país.

No período de formação territorial, entre os séculos XVI e XIX, o espaço que hoje constitui o Paraguai era caracterizado como “potência de segunda ordem” em decorrência de seu baixo crescimento e integração populacional. O território se apresentava com uma paisagem dúbia de “terras cultiváveis” e imensas florestas que dificultavam o acesso dos ‘colonizadores’ espanhóis. O Rio Paraguai, assume nessa conjuntura, a “estruturação” do território paraguaio e, em conjunto ao Rio Paraná, viabiliza a colonização em algumas áreas. Sob este cenário, em 1537, Martínez de Irala, pertencente à Segunda Expedição de colonização da Coroa Espanhola funda Asunción que se constituirá estrategicamente ao unir os Andes ao litoral atlântico. Posteriormente em 1544 nasce a província do Paraguai, todavia, pouco a pouco a Coroa Espanhola perde seu interesse de exploração do território em decorrência da resistência indígena.

A presença dos *jesuítas*, tradicionalmente correlacionadas à história indígena, é primordial para a constituição de um sentimento nacional e na desagregação paraguaia (SOUCHAUD, 2007) através da criação em 1609 das ‘reducciones jesuíticas’. Ou seja, de comunidades indígenas catequizadas que figuravam como verdadeiros espaços autônomos cuja principal relação com a Coroa Espanhola era a fiscal representada pela cobrança de impostos. Entretanto, com o início das expedições bandeirantes assiste-se a destruição dos espaços que abrigavam as ‘reducciones’, e em 1767 criam-se condições favoráveis à saída dos jesuítas do território paraguaio. Em síntese, podemos pontuar também a importância dos jesuítas que ocuparam os territórios da Argentina e Paraguai e representaram uma forma de resistência aos avanços luso-brasileiros da época. Além disso, em linhas gerais, pode-se dizer que o Paraguai tem sua formação impulsionada, em especial, da Região Oriental, pelos jesuítas e pelas pressões exercidas pelos ‘brasileiros’.

Já no século XIX, o território paraguaio se emancipa politicamente da Espanha. Constituindo em 1812 a primeira República da América Latina, neste momento, José Gaspar Rodríguez de Francia, teólogo e advogado, se apresenta como principal idealizador da Revolução. Francia mantém o isolamento paraguaio de forma a configurar um modelo de colonização e modernização endógeno. Em outras palavras, o desenvolvimento do território “voltado para dentro” corroborou para um território estruturado desigualmente ao mesmo tempo em que garantia a independência nacional. Contudo, o “pequeno” crescimento populacional não viabilizava o sucesso da integração territorial do país. Em síntese, a ausência de integração do Paraguai em muito se devia ao desenvolvimento do território de forma desigual no tempo e espaço.

Assim, a constituição das pequenas propriedades agrícolas em detrimentos ao latifúndio no governo de Francia, em conjunto, ao isolamento do mercado paraguaio e a ausência de fluxos de mercadorias e pessoas corroborou para o desenvolvimento isolado das demais dinâmicas que envolviam a América Latina e o mundo na época. A inviabilidade deste modelo de desenvolvimento é notada por Francisco Solano López em seu governo que em 1852 reorienta a política estrangeira paraguaia no que diz respeito tanto à circulação de pessoas, quanto de mercadorias como veremos a seguir.

3. A Pequena Agricultura e os Fluxos Migratórios: Compreendendo a Estruturação da Dinâmica Populacional Paraguaia

Os fluxos migratórios e as políticas de incentivo e consolidação da pequena agricultura no território paraguaio se configuram como peças fundamentais para a apreensão da constituição histórica e do desenvolvimento sociodemográfico e econômico do país. O setor agrícola, neste sentido, se apresenta historicamente como uma das bases de desenvolvimento econômico do Paraguai. As políticas de incentivo ao setor agrícola se iniciam com Francia no século XIX que objetivava um ‘reequilíbrio’ demográfico da Região Oriental através do desenvolvimento da pequena agricultura que favoreceu o surgimento de uma *colonização agrária* embasada na agricultura tradicional familiar que possibilitava a integração dos espaços mais periféricos. Assiste-se neste período, como pontua Souchaud (2007, p. 59) uma espécie de “[...] desmantelamiento de las grandes propiedades privadas” que se constituíam como um freio ao avanço da pequena agricultura camponesa.

Posteriormente, com a manutenção da nacionalização das terras tanto no governo de Francia quanto da família López (1840 a 1870), o Estado paraguaio detinha em 1856 todo o território do Chaco e mais de 95% do território ocidental. Deste modo, o Estado se converte no único gestor do território que se dispunha agora a servir a agricultura familiar, esta então deveria assegurar a

autossuficiência alimentar e o desenvolvimento econômico do país, ao mesmo tempo em que, incentivava a integração territorial através da dinâmica de uma população periférica.

Nos anos finais do século XIX o estabelecimento do setor agrícola como “motor econômico” do país é finalizado. Entretanto, a ocupação e integração do território paraguaio nos setores periféricos e fronteiriços fracassam em decorrência ao baixo desenvolvimento demográfico da nação paraguaia. A colonização agrária no norte do país é um dos melhores exemplos: apesar das tentativas de incentivo à pequena agricultura através da formação de pequenas colônias de agricultores a região se tornou um local de “exílio” de indivíduos vistos como “indesejáveis” aos olhos do regime de governo. Percebeu-se então que além da disposição de terras, os camponeses também necessitavam de uma infraestrutura local mínima, da organização de um mercado local e a presença de um contingente razoável de agricultores pioneiros apoiados financeiramente e tecnicamente. Geograficamente a pequena propriedade, em geral, se concentrava, no século XIX, na região mais densamente povoada, ou seja, no sul e sudeste de Asunción que abarcava também os departamentos circundantes como: Departamento Central, Cordilleira e Paraguari, as franjas ocidentais dos departamentos de Caazapá, Itapúa e Ñeembucú e dentre outras áreas ocidentais do departamento de San Pedro (SOUCHAUD, 2007, p. 64). Como vimos anteriormente às comunidades jesuítas se constituíram como peças fundamentais para as bases da integração do território paraguaio, em especial, na região do departamento de Itapúa próximo a margem do Rio Paraná.

Ademais, a economia paraguaia pode ser considerada fechada até o governo de Francisco Solano López em 1852 quando este percebe a importância da integração do país aos grandes circuitos econômicos internacionais. De fato, em 1860, o Paraguai além de apresentar autossuficiência alimentar gerava um excedente destinado a exportação e, figurava entre um dos mais importantes sócios comerciais da Europa na América Latina ainda que o modelo de produção continuasse arcaico. A produção da agricultura familiar é complementada com a produção comercial do Estado baseada na exploração florestal de erva mate. O cenário permitia que o Paraguai se desenvolvesse independente da necessidade das grandes potências econômicas dominantes. A *migração*, por sua vez, é neste período, escassa e se restringe a criação de populações flutuantes, dado a alta circulação de pessoas entre os espaços.

A partir de 1870, contudo, ocorre uma expulsão dos camponeses do campo em simultâneo a investidas favoráveis à migração de estrangeiros, assim como, a abertura da economia do país a capitais estrangeiros (Brasil, Argentina e França) que nem sempre se utilizavam do potencial produtivo das terras, em decorrência potencialmente da especulação fundiária impulsionada pelo governo local. O Paraguai então se torna, paradoxalmente, neste momento, um país agrícola sem agricultura. Tais transformações se devem em muito a Grande Guerra (1864-1870) conhecida

também como Guerra da Tríplice Aliança que foi financiada pelo capital britânico ao formar exércitos na Argentina, Uruguai e Brasil (SOUCHAUD, 2007), países estes que se sentiam ameaçados de uma ‘possível’ hegemonia paraguaia no território latino americano. Com a perda estimada em mais de 60% de sua população, o Paraguai além de cravar em sua história uma verdadeira “catástrofe demográfica” e uma perda territorial, forma uma nova história oficial que definirá a identidade nacionalista e heroica ao mesmo tempo em que favorece o imaginário de resistência e isolamento (SOUCHAUD, 2011, p. 135).

No século XX, a política de incentivo a migração se focaliza em uma seletividade migratória imposta que favorecia setorialmente os agricultores que fossem “caucasianos” europeus, não pertencentes à classe popular e preferencialmente que não fossem de preferências políticas da extrema esquerda, posteriormente foram estabelecidos novos fluxos (Alemanha e Japão). Os fluxos são na época majoritariamente traduzidos pela presença europeia que se instalam nos departamentos de Itapúa, Encarnación e ao longo da fronteira brasiguiaia. Além disso, com a modernização agrícola no país, o papel do migrante é ilustrado pela introdução e desenvolvimento de novos cultivos e técnicas que interferem na qualidade e rendimento da produção. Contudo o fenômeno migratório no Paraguai não alcança a mesma intensidade que ocorreu na Argentina, no Uruguai e Brasil. Simultaneamente ocorre um forte fluxo de emigração o que Souchaud (2007, p. 80) denomina como “hemorragia humana”. De fato, somente na década final do século ocorre uma estabilização positiva do saldo migratório no país (SIMANCAS; ZÚÑINGA, 1998).

A migração pioneira pode, então, ser também considerada como peça fundamental da política paraguaia de constituição nacional. Seja no governo de Francisco Solano López no século XIX com a abertura da economia e fronteiras, seja no século XX com a ampliação da imigração pioneira no regime ditatorial do general Stroessner (SOUCHAUD, 2007, p. 250) que adota uma atitude “ambígua” em relação à imigração do mesmo modo que organiza a entrada de capitais e colonos brasileiros ao modificar a lei de fronteira com o intuito de legalizar a compra e o uso de terras por estrangeiros. Entretanto, com a queda do regime ditatorial em 1989 iniciam-se questionamentos em distintos níveis da sociedade acerca da reforma agrária no país e o direito ao acesso a terra.

Em suma, a contradição central deste período é que ao mesmo tempo em que ocorrem incentivos à migração de camponeses europeus e de outras nacionalidades, os camponeses paraguaios eram pouco a pouco expropriados e expulsos de suas terras e de seu próprio país. Os principais destinos destes pequenos agricultores a partir de 1930 são o Brasil e a Argentina. Já no início do século XXI o Censo Paraguaio de 2002 (DEEGC) aponta que apesar do baixo peso da população estrangeira em seu território, os principais fluxos de imigrantes provêm justamente do Brasil e da Argentina. Percebemos que os departamentos que concentram a maior parte da

população residente nativa do país são aqueles que historicamente se constituíram como expulsos de população, como: Paraguari, Ñeembucú, Caazapá, Concepción, Cordillera e Guairá. Enquanto que os departamentos que apresentam as menores concentrações de nativos são aqueles cuja história é perpassada por intensos fluxos migratórios (Asunción, Central, Alto Paraná e Canindeyú).

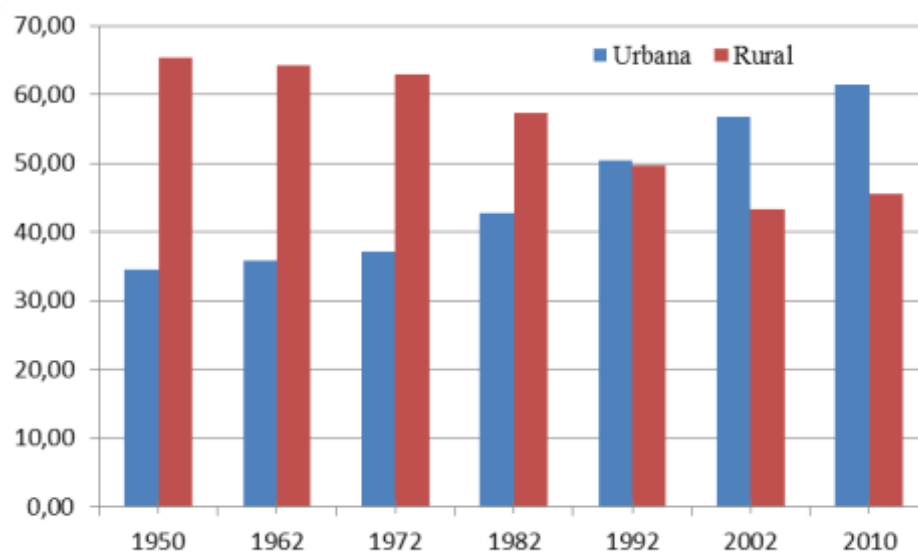
Em síntese, pode-se aferir que a história paraguaia se constitui a partir de uma *questão demográfica*. A busca pela integração nacional por intermédio de políticas de subsídio a agricultura familiar iniciadas no governo de Francia, assim como, a políticas de incentivo a migração do governo de Stroessner no século XX nos revelam a preocupação com a integração do território, em especial, no que diz respeito a busca do crescimento populacional e a redistribuição da população. Nos anos finais do século XX, contudo, a **questão demográfica paraguaia** foi exatamente o crescimento populacional acentuado que caracterizaria uma das primeiras etapas da transição demográfica no país (SIMANCAS; ZÚÑIGA, 1998).

4. A Transição Demográfica Paraguaia

De fato a partir da década de 1990 sinalizam-se distintas transformações no território paraguaio no que tange a esfera dos estudos populacionais, em especial, nas transformações dos espaços rurais e urbanos. A tendência de urbanização do país já anunciada nos anos de 1990 (SIMANCAS; ZÚÑIGA, 1998), permanece em 2010 quando cerca de 60 % da população paraguaia passa a se localizar nas áreas urbanas (Gráfico 1). Enunciando, deste modo, uma das pré-condições para o advento da Transição Demográfica no país.

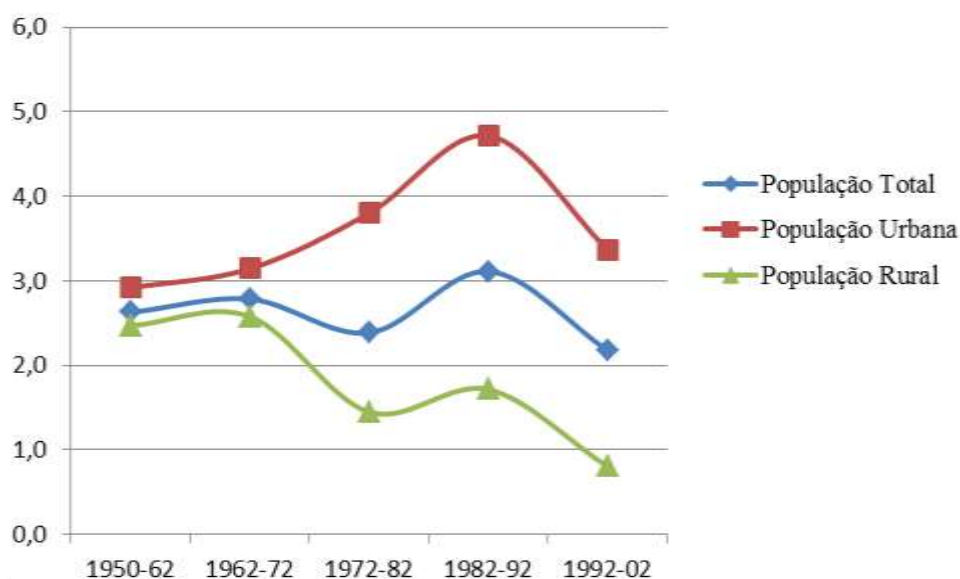
Entretanto, dada às condicionantes sociais que compõem a dinâmica demográfica, é imprescindível o reconhecimento e a realização de interpretações da população em estudo dentro do seu próprio contexto. No caso dos países em desenvolvimento estes, em geral, se caracterizam por uma taxa de crescimento máxima, sempre superior a 2% a.a. e, podem inclusive alcançar a taxa de 4% a.a. Ademais, considerando-se rápidas quedas de natalidade em alguns destes países, possivelmente se observam transições curtas – entre quarenta e oitenta anos – (PATARRA; FERREIRA, 1986). Com isso, pretendemos enunciar algumas das transformações ocorridas na população paraguaia nas últimas décadas.

GRÁFICO 1 - Distribuição da população Paraguaia por áreas (Em porcentagem)



Fonte: Censos Nacionais de População. CEPALSTAT (Tabela 28). Para os dados referentes a 2010; CELADE. División de Población de la CEPAL. Revisión 2012. Base de datos de población.

GRÁFICO 2 - Taxa de crescimento populacional Paraguaia (Por períodos decenais)

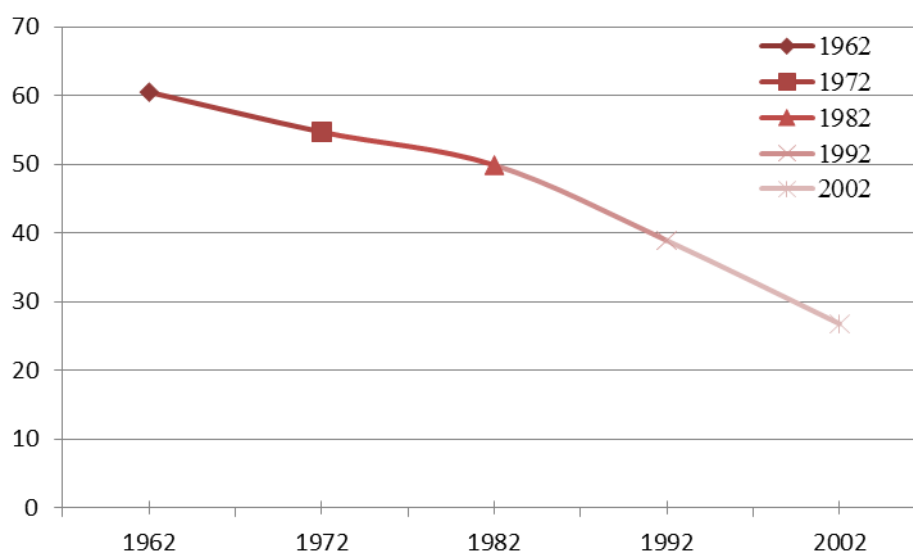


Fonte: Censos Nacionais de População. CEPALSTAT (Tabela 28).

A análise das *taxas de crescimento populacional* do Paraguai (Gráfico 2) nos aponta um decréscimo das taxas de crescimento da população total e rural, a partir do decênio 1962 a 1972. Enquanto a taxa de crescimento da população urbana segue com o padrão de aumento até o decênio de 1992 a 2002. A partir deste, observa-se uma queda acentuada nos níveis de crescimento populacional em sua totalidade. Contudo, como já sinalizado anteriormente apesar da diminuição da taxa de crescimento para 2,2% ao ano, o país ainda pode duplicar sua população em cerca de trinta

anos (DGEEC, 2005, p. 23). Cenário possivelmente proporcionado pelas quedas das taxas de mortalidade infantil de forma mais acentuada a partir do decênio de 1982 a 1992, o que também explicaria o aumento dos níveis de crescimento populacional (total, urbano e rural) no período (Gráfico 3), entretanto dada a inércia demográfica podemos também supor que a Taxa de Crescimento Populacional Total entre os decênios de 1992-2002 seja decorrente da emigração paraguaia, bem como, do acentuado declínio da fecundidade . Ademais, deve-se salientar o impacto do processo de urbanização do país que se intensifica a partir da década de 1990, e, já se anunciava na Taxa de Crescimento Populacional Urbano entre os decênios de 1982-1992, bem como, pelo decréscimo da taxa de crescimento da população rural, neste mesmo período, que pode ser relacionada ao êxodo rural.

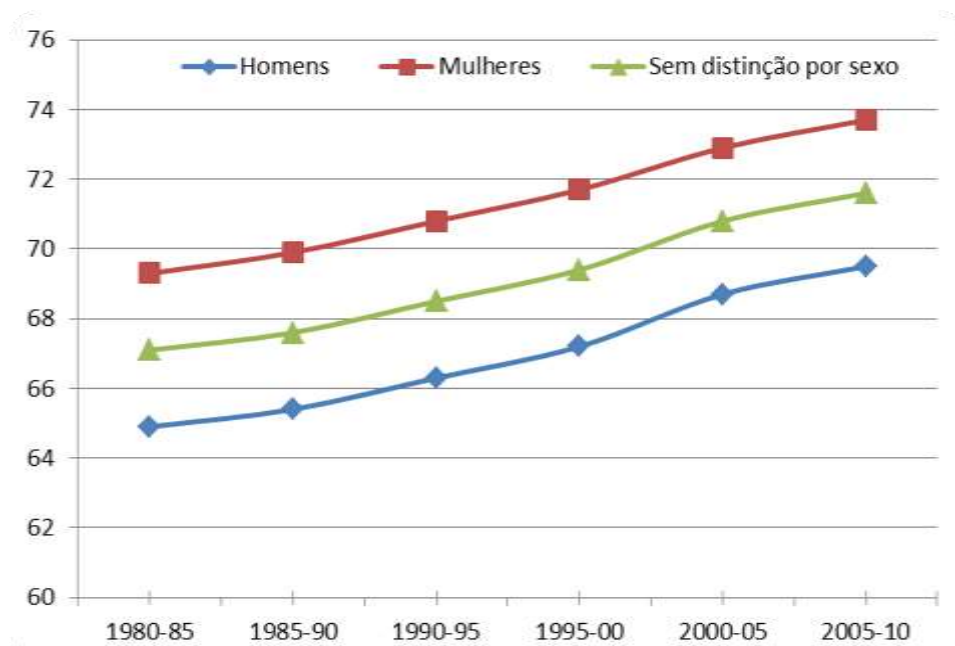
GRÁFICO 3 - Taxa de mortalidade infantil



Fonte: IGME. Grupo Interagencial de Estimación de Mortalidad en Niños de Naciones Unidas. CME_Info. Base de datos en línea.

O comportamento da *mortalidade infantil*, por sua vez, impacta diretamente na *esperança de vida* ao nascer. Assim, nota-se um aumento proeminente a partir do quinquênio de 1990 a 1995 que resulta das transformações ocorridas na Taxa de Mortalidade Infantil desde 1982. A esperança de vida ao nascer passa, em suma, de uma média de 67,1 anos para 71,6 anos entre os quinquênios de 1980 a 1985 e, de 2005 a 2010. Em relação à população feminina, ocorre um aumento de 4,4 anos na expectativa de vida que atinge os 73,7 anos no quinquênio de 2005 a 2010. Já a população masculina apresentou no período um aumento de 4,6 anos, o que ocasiona uma esperança de vida ao nascer de 69,5 anos. A evolução da esperança de vida pode ser sistematizada através do Gráfico 4.

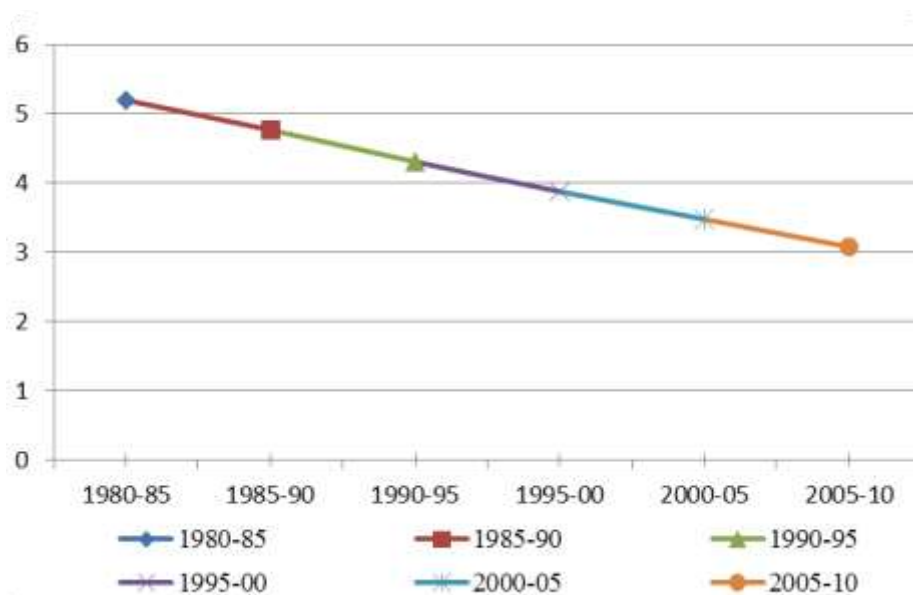
GRÁFICO 4 - Esperança de vida ao nascer



Fonte: CELADE. División de Población de la CEPAL. Revisión 2012. Base de datos de población.

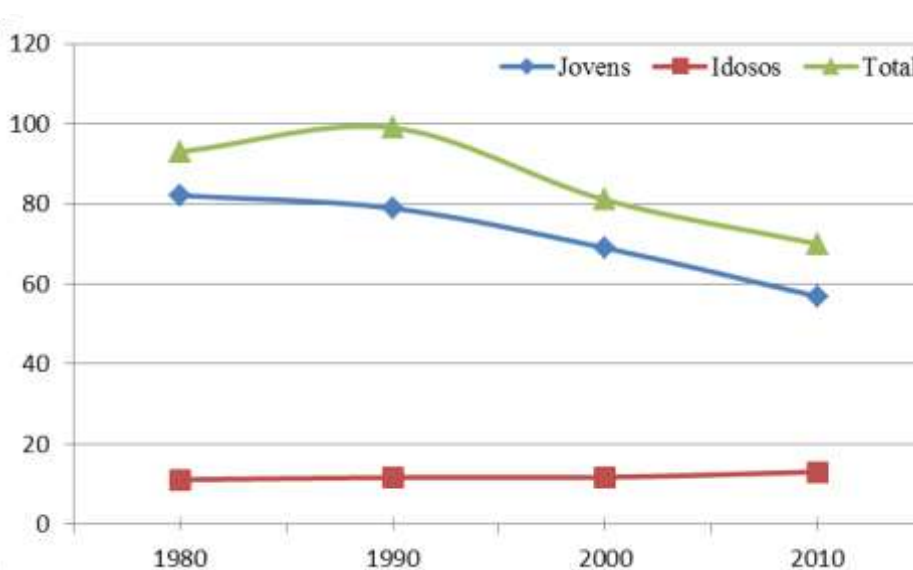
Além disso, o aumento da esperança de vida ao nascer influenciará de forma conjugada ao comportamento da fecundidade na estruturação da pirâmide etária do país ao longo dos anos. A *fecundidade* se caracteriza, dentre as variáveis dos componentes demográficos (fecundidade, mortalidade e migração), como a maior responsável pelo processo de envelhecimento populacional, este se refere às mudanças da estrutura etária o que influenciará no aumento do peso relativo das pessoas acima dos 60 anos. A *mortalidade*, por sua vez, pode em alguns casos influenciar no processo de envelhecimento, mas, somente quando o declínio da taxa de mortalidade se concentra nas idades mais avançadas o que corrobora para o aumento da longevidade, em outras palavras, para número de anos vividos por um indivíduo. A *taxa de fecundidade total*, neste sentido, ao se apresentar como o número médio de filhos que uma mulher pode vir a ter até o final de seu período reprodutivo permite uma ótima visualização da tendência de envelhecimento relativo de uma população, bem como, das transformações na estrutura etária.

GRÁFICO 5 - Taxa de fecundidade total (Em quinquênios)



Fonte: CELADE. División de Población de la CEPAL. Revisión 2012. Base de datos de población.

GRÁFICO 6 - Razões de dependência (em %)

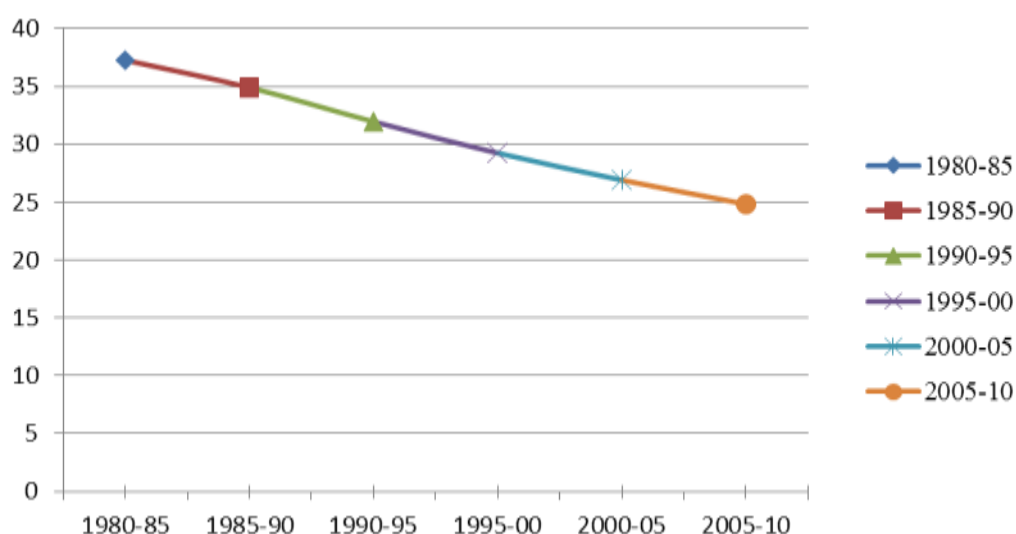


Fonte: CELADE. División de Población de la CEPAL. Revisión 2012. Base de datos de población.

A taxa de fecundidade total (TFT) do Paraguai passa de 5,2 filhos por mulher para 3,08 em quarenta anos. As mudanças no comportamento da fecundidade impactam, em conjunto as quedas da mortalidade, as razões de dependência de uma população. O Gráfico 6, por sua vez, sinaliza um declínio acentuado da Razão de Dependência Total, fato que se relaciona ao processo da transição demográfica. Em somatória, visualiza-se uma queda da Razão de Dependência dos Jovens de 25% entre as décadas de 1980 e 2010 e, simultaneamente, ocorre um aumento gradativo da Razão de Dependência dos Idosos de 1,93 % que tenderá, potencialmente ao longo dos anos, aumentar seu

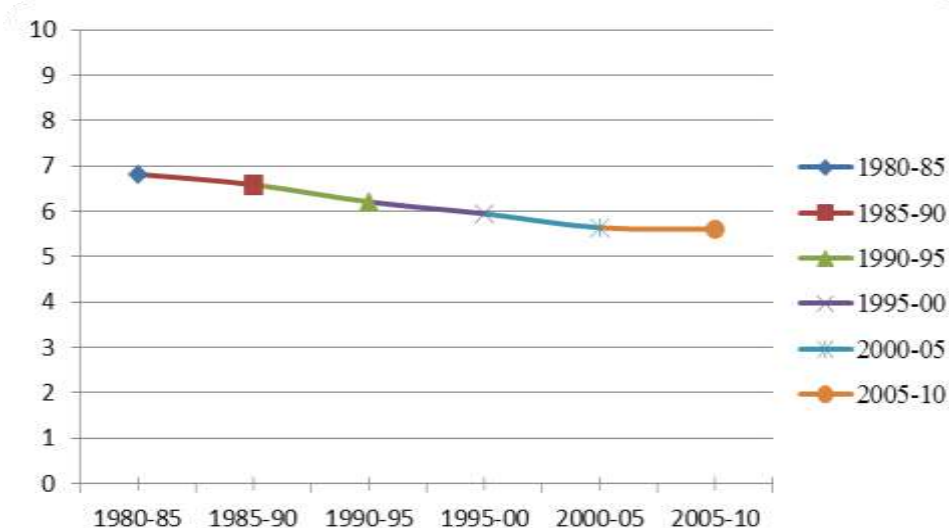
peso relativo na população. Em outras palavras, a redução dos níveis de fecundidade – apontados pelo Gráfico 5 – resultam nas quedas das taxas de natalidade (Gráfico 7) que, por sua vez, implicam na diminuição do contingente de jovens na população. A população idosa, neste sentido, terá uma elevação em sua participação relativa, e, posteriormente, vivenciará um aumento em números relativos.

GRÁFICO 7 - Taxa bruta de natalidade por mil habitantes (Em quinquênios)



Fonte: CELADE. División de Población de la CEPAL. Revisión 2012. Base de datos de población.

GRÁFICO 8 - Taxa bruta de mortalidade por mil habitantes (Em quinquênios)

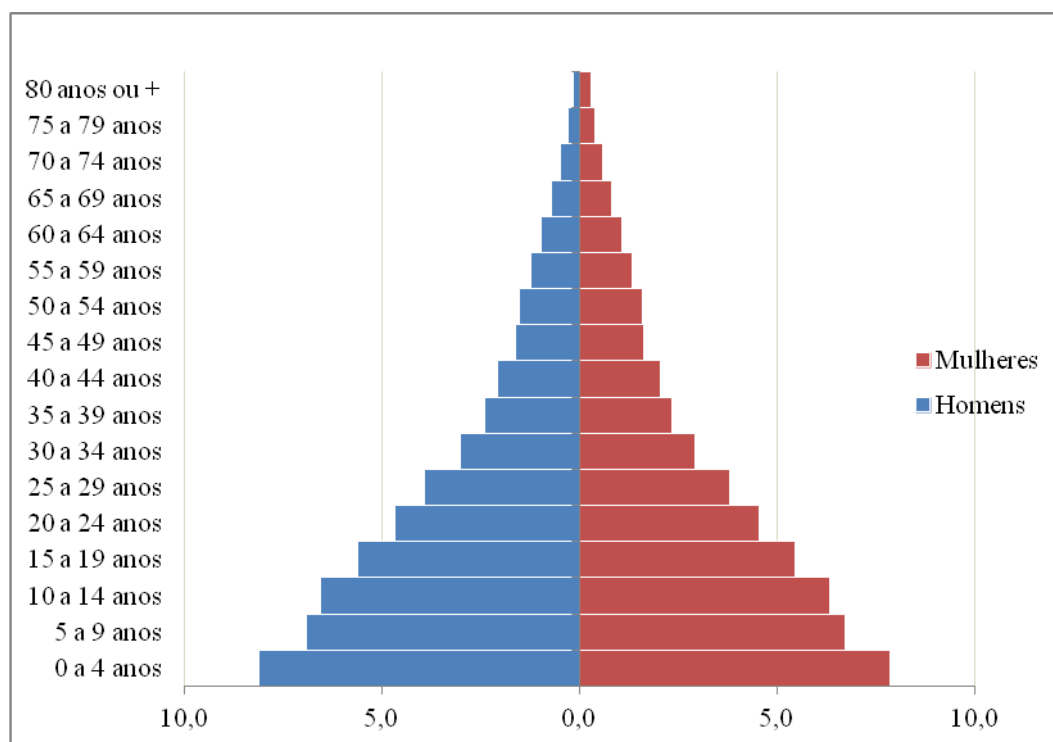


Fonte: CELADE. División de Población de la CEPAL. Revisión 2012. Base de datos de población.

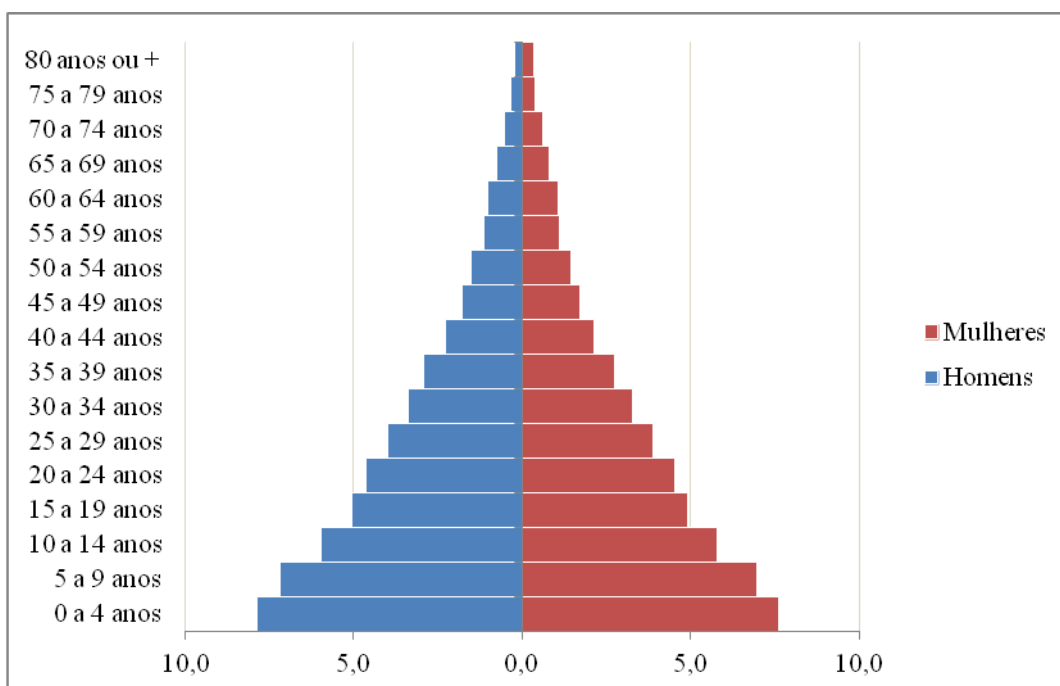
As transformações da distribuição etária da população paraguaia também podem ser visualizadas por meio da análise das pirâmides etárias das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010. Em linhas gerais, observa-se que no ano de 1980, a pirâmide etária do Paraguai apresentava uma base

larga – que corresponde a altos níveis de fecundidade (≈ 5 filhos por mulher) – e um topo ‘estreito’, sua forma gráfica é, deste modo, piramidal. Já em 1990, nota-se um discreto estreitamento da base ocasionado pela queda da fecundidade no período que passa de aproximadamente cinco filhos por mulher para cerca de quatro filhos. Simultaneamente, o topo da pirâmide que concentra a população idosa apresenta um ‘leve’ aumento – vivenciado graças ao aumento da expectativa de vida ao nascer (Gráfico 4), ocasionado particularmente pela queda da TMI (Gráfico 3). Em 2000, observamos uma base mais estreita dada pelo decréscimo acentuado da fecundidade no período, ademais notamos um aumento do peso relativo da população idosa. Por fim, em 2010, tanto o encurtamento da base e o aumento do peso relativo dos idosos se apresenta como reflexo dos comportamentos da fecundidade e da mortalidade ao longo dos anos, em especial da mortalidade infantil. Conquanto, a população paraguaia ainda continua se caracterizando por meio de uma estrutura etária jovem.

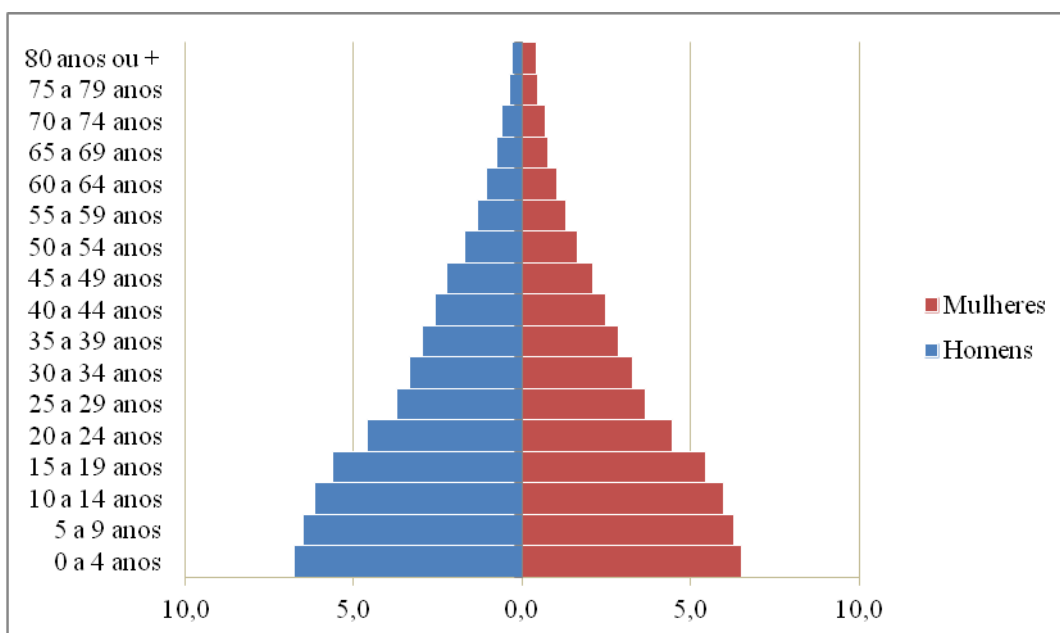
PIRÂMIDE ETÁRIA 1 - Distribuição etária da população (1980)



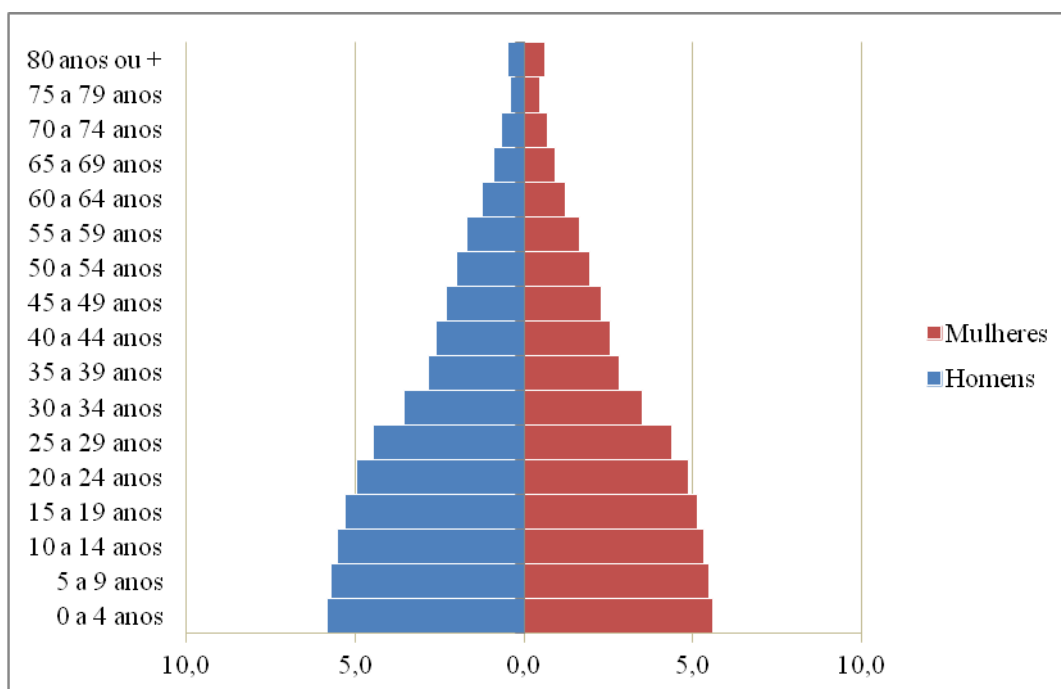
PIRÂMIDE ETÁRIA 2 - Distribuição etária da população (1990)



PIRÂMIDE ETÁRIA 3 - Distribuição etária da população (2000)



PIRÂMIDE ETÁRIA 4 - Distribuição etária da população (2010)



Fonte: CELADE. División de Población de la CEPAL. Revisión 2012. Base de datos de población.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da *transição demográfica* no Paraguai nos demonstra novamente a integração e diálogo entre os componentes demográficos. As transformações ocorridas ao longo das últimas décadas no comportamento da fecundidade e da mortalidade – especialmente da mortalidade infantil – impactaram em uma nova estruturação da dinâmica populacional. Além disso, a história paraguaia é perpassada pela temática da integração territorial conjugada ao crescimento e a redistribuição da população. A baixa densidade populacional e a distribuição desigual da população ainda se afirmam como tendências históricas, como o último levantamento censitário já divulgado nos aponta (DGEEC, 2005). Assim, o processo de transição demográfica deverá ser compreendido através das suas especificidades em cada região do país, bem como, das áreas urbanas e rurais. Além disso, a tradicional troca migratória entre o Paraguai, o Brasil e a Argentina – sendo estes últimos países que já se encontram em níveis mais “avançados” da transição – deverá simultaneamente ser inserida nas análises mais específicas. A população indígena, por sua vez, apresentou aumento em números percentuais de representatividade, o que se relaciona à melhora do registro censitário no país, como reconhece a própria Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos (DGEEC). Por fim, o presente trabalho buscou, então, tratar e enunciar em linhas gerais o desenvolvimento da transição demográfica no Paraguai, ao mesmo tempo em que, visa incitar novos olhares e questionamentos para a dinâmica populacional paraguaia.

REFERÊNCIAS

- CALDWELL, J. Toward a Restatement of Demographic Transition Theory. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, 1976.
- CEPAL. División de Estadísticas. **Unidad de estadísticas e indicadores**. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e>. Acesso em: abr. 2013.
- DGEEC. **Censo de población 2002: resultados completos y definitivos**. Asunción, Paraguay, 2005. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>> Acesso em: abr. 2013.
- PATARRA, N. L.; FERREIRA, C. E. C. Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise. **Textos NEPO 10**, Campinas, SP, Nepo/Unicamp, 1986.
- SIMANCAS, L. C.; ZÚÑIGA, M. R. G. **Políticas de población y salud reproductiva en el Paraguay**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, (Supl. 1), p. 105-114, jan.1998.
- SOUCHAUD, S. A Visão do Paraguai no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 1, jan./jun.2011.
- _____. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción, Paraguay: UFPA/ADEPO, 2007. (Serie Investigaciones – Poblacion y Desarrollo).
- THERBORN, G. Casais, bebês e estados. In: _____. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.
- VAN DE KAA, D. J. Is the second demographic transition a useful research concept: questions and answers. **Vienna Yearbook of Population Research**, Vienna, Austria, 2004.
- WONG, L. L. R.; BONIFÁCIO, G. M. Retomada da queda da fecundidade na América Latina. Evidências para a primeira década do século XXI. **Revista Latinoamericana de Población**, Buenos Aires, Argentina, Año 3, n. 4-5, 2009.

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E SEGURANÇA HUMANA: DISCUSSÕES DO JAPÃO CONTEMPORÂNEO FRENTE AO TERREMOTO E TSUNAMI DE 2011

Tathiane Mayumi Anazawa¹⁷

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a dinâmica demográfica e suas relações com o envelhecimento da população e a questão de segurança humana, em um contexto da relação população e ambiente, para as províncias mais afetadas pelo terremoto de 11 de março de 2011, ocorrido no Japão. Foram analisadas através de uma contextualização demográfica e a análise do impacto do desastre natural na estrutura etária da população, bem como considerações sobre as migrações internas neste período. Os idosos foram os mais atingidos devido ao momento de ocorrência do terremoto e do tsunami. Foi possível observar que nas três províncias, houve saldo migratório negativo expressivo, indicando uma grande saída de pessoas em 2011, movimento potencializado pelo tsunami. O terremoto e o tsunami de 2011 trouxeram consigo questões relevantes para a discussão do Japão contemporâneo e a longo prazo, como a discussão dos seus métodos de enfrentamento de desastres naturais, suas relações sociais fragilizadas e o rápido envelhecimento das comunidades urbanas.

ABSTRACT

This paper presents the discussion of the demographic dynamics and its relations with the aging population and the issue of human security in a context of population and environment, for the provinces most affected by the earthquake occurred in Japan, in March 11, 2011. We analyzed the demographic context and the impact of the natural disaster in the age structure of the population, as well as considerations about internal migrations in this period. The elderly were the most affected due to the moment of the earthquake and tsunami. It was observed that in the three provinces, there was a significant negative net migration, indicating a large outflow of people in 2011, augmented by tsunami. The earthquake and tsunami of 2011 brought with issues relevant to the discussion of contemporary Japan, and long-term, as the discussion of their methods of coping with natural disasters, their social relations and rapidly aging urban communities.

¹⁷ Doutoranda em Demografia. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO - IFCH/Unicamp. E-mail: tathiane@nepo.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Os riscos e perigos naturais sempre foram abordados em uma relação população e ambiente, que segundo Hogan (2007), consiste em: “uma relação de mão dupla: como processos populacionais alteram o ambiente, e como fatores ambientais influenciam na dinâmica demográfica” (HOGAN, 2007, p. 46). Segundo Marandola Jr. e Hogan (2007), as pesquisas de perigos naturais evoluíram e passaram a tratar de forma multidisciplinar e incluir processos que antecedem o evento e as consequências posteriores ao evento. Para a compreensão de um fenômeno como um todo, é necessário não só analisar o momento pontual do evento, mas também sua contextualização, as características sociais, econômicas, culturais, entre outras, considerando a questão temporal e espacial.

Diante deste cenário, a discussão sobre segurança humana frente aos desastres naturais, torna-se fundamental. A segurança humana, no contexto dos desastres naturais está sujeita a riscos e perigos, com desfechos tão graves como a perda da vida ou mesmo a perda da propriedade e bens materiais podem ocorrer em variados e diferentes graus de intensidade. Dialogando com a segurança humana, conceitos como vulnerabilidade, exposição ao risco, resiliência e capacidade de adaptação, exigem discussões. Para o enfrentamento dos riscos e perigos, múltiplos aspectos devem ser considerados, dentre eles, destaca-se a necessidade de cuidados em relação à saúde mental dos grupos sociais afetados (OPAS, 2010).

Os componentes da dinâmica demográfica podem ser sensíveis ao aumento da intensidade dos desastres naturais, onde as vulnerabilidades de um determinado grupo populacional podem ser acentuadas por esses desastres (CARMO, 2008). Especificamente, a mortalidade é o componente mais impactado pela materialização do risco. Esse impacto pode acontecer em diferentes intensidades nos diversos grupos etários. Os desastres naturais também podem ter um impacto pontual no componente mobilidade espacial da população, constituindo uma migração forçada, com graves consequências de inchaço de outras cidades, que não se prepararam para determinado acontecimento (TACOLI, 2009).

Dessa forma, este trabalho enfatiza a dinâmica demográfica e suas relações com as vulnerabilidades da população a desastres naturais. A partir de uma discussão da relação população e ambiente, as províncias mais afetadas pelo terremoto de 11 de março de 2011, ocorrido no Japão, serão analisadas através de uma contextualização demográfica e a análise do impacto do desastre natural na estrutura etária da população, bem como considerações sobre as migrações internas neste período. Enfatiza-se que o evento ocorrido no Japão não possui relação direta com as mudanças climáticas, porém, constitui um exemplo de capacidade das forças naturais afetarem a infraestrutura produtiva, causando situações de desastre.

O presente trabalho apresenta as seguintes hipóteses: a) Os componentes da dinâmica demográfica podem ser sensíveis à intensidade dos desastres naturais; b) A composição etária de uma população pode influenciar na vulnerabilidade a desastres naturais; e c) Os desastres naturais podem ter um impacto pontual na mobilidade espacial da população. Diante das hipóteses apresentadas, este trabalho tem como objetivo responder a três questões: a) Quem eram os grupos vulneráveis nas províncias mais atingidas pelo terremoto/tsunami em 2011? ; b) Houve um padrão de mortalidade para as províncias mais atingidas? e c)Quais os principais destinos dos sobreviventes e sua capacidade de resposta?

1. Fundamentação Teórica

1.1. Os processos antecessores e sucessores dos desastres naturais

Dado o extensivo uso do termo e o crescente diálogo entre as distintas tradições de pesquisa que o adotam, inúmeros avanços na conceituação da vulnerabilidade vêm sendo observados (KELLY; ADGER, 2000; ADGER, 2006). O conceito ganhou corpo e abrangência, deixando de significar uma situação de suscetibilidade proveniente apenas da exposição a um determinado perigo, e passando a incorporar também aspectos relativos à sensibilidade, resiliência, bem como à capacidade de enfrentamento e de adaptação diante da materialização do risco (ADGER, 2006; GALLOPÍN, 2006).

Adger (2006) identificou tradições teóricas contemporâneas associadas à evolução do conceito de vulnerabilidade: uma mais isolada no domínio da linha de pesquisa de “*entitlements*” (direitos), trata de meios de vida sustentáveis e da vulnerabilidade à pobreza, enquanto a outra refere-se à vulnerabilidade de sistemas socioecológicos.

A tradição de pesquisa, cujo sucessor é o enfoque da vulnerabilidade de sistemas socioecológicos, estuda a vulnerabilidade partindo de áreas que a analisaram a perspectiva dos domínios de situações de desastres de origem em eventos naturais e a ótica da avaliação de situações de riscos. Estas áreas ainda permanecem presentes em trabalhos da atualidade, e são apresentadas como tradições antecedentes: a tradição da abordagem risco-perigo procura identificar perigos com base em fragilidades dos sistemas naturais (aspectos geológicos, geomorfológicos, etc.), caracterizar os riscos associados àqueles perigos, e definir os grupos mais ou menos vulneráveis considerando essencialmente a exposição ao perigo em questão (SMITH, 1996; ANDERSON; WOODROW, 1998). Sob esta perspectiva, a vulnerabilidade é frequentemente entendida como a quantificação das possíveis perdas frente aos perigos identificados e as situações de risco. Já a tradição teórica da ecologia humana e política procura analisar as causas estruturais subjacentes que levam determinados grupos, geralmente os que acumulam desvantagens socioeconômicas, a apresentarem condições de maior vulnerabilidade frente a eventos de origem na natureza. Essa

tradição busca, portanto, relacionar os padrões socioeconômicos de um grupo populacional com sua capacidade de resposta frente aos riscos e perigos naturais (MUSTAFA, 1998). A tradição da abordagem pressão e liberação, modelo proposto por Blaikie et al. (1994), procura explicar como os desastres são caracterizados quando as ameaças naturais afetam as pessoas classificadas como vulneráveis (BLAIKIE et al., 1994; PELLING, 2003). Isso significa que existe uma intersecção de forças opostas, por um lado a existência de processos que produzem uma população com fragilidades em suas capacidades de adaptação e respostas a eventos extremos, e por outro, a exposição física e a ameaças e perigos desta população, montando um quadro mais completo e também mais complexo para a caracterização da vulnerabilidade destas populações (BLAIKIE et al., 1994).

Adger (2006) analisa a evolução das aproximações da vulnerabilidade originada em trabalhos das ciências sociais e naturais que lidam com as relações sociedade-natureza. O autor aponta para uma atual predominância de conceituações que compreendem a vulnerabilidade a partir de componentes que incluem a exposição a perturbações ou estresse externo, sensibilidade à perturbação e a capacidade de resposta.

Pensar em desastre natural é contextualizar uma situação precedente, que envolve a vulnerabilidade dos indivíduos, da comunidade, dos territórios, refletindo assim, uma situação de potencial enfrentamento às consequências dos desastres. Contudo, analisar o momento posterior ao desastre pode nos indicar a capacidade das pessoas retornarem ao estado que precede o desastre, tão necessário quanto a análise do enfrentamento, a capacidade de resposta e a memória adquirida frente às situações adversas que ocorrem frequentemente. Este cenário, posterior ao desastre, traz ao cerne da discussão, a resiliência, conceituada atualmente como a capacidade de um sistema absorver uma perturbação, se reorganizar e manter a mesma função, identidade e estrutura (WALKER et al., 2004).

Os conceitos evoluem, dialogam e também são utilizados em relação às mudanças sociais, como por exemplo, o conceito de resiliência social, que consiste na capacidade de sistemas humanos em resistir a choques externos como resultado da variabilidade ambiental, social, econômica ou política, e se recuperar destes choques (ADGER, 2000). Sendo assim, a resiliência também reflete as oportunidades geradas após a perturbação, que está relacionada com a recombinação de estruturas e processos que promovem uma evolução, bem como a renovação do sistema e o surgimento de novas trajetórias (FOLKE, 2006). Isso significa que a resiliência fornece a capacidade de resposta do sistema, ou seja, a habilidade do sistema de se ajustar frente a um distúrbio, obtendo vantagens das oportunidades oferecidas e enfrentando as consequências das transformações ocorridas (GALLOPÍN, 2006).

1.2 Dinâmica Demográfica e Vulnerabilidade a Desastres Naturais

Entre os componentes da dinâmica demográfica, a fecundidade, segundo Hogan (2007), representa uma grande lacuna na relação população e ambiente, por apresentar poucas pesquisas e arcabouço teórico para sustentar essa relação, além de aparentemente, fatores ambientais influenciarem pouco nos níveis e padrões de fecundidade.

A evidência da relação população e ambiente se faz presente na mortalidade. Segundo Marandola Jr. e Hogan (2007), a mortalidade para estudos de perigos e riscos ambientais, tem efeito pontual, contudo, as consequências dos perigos, riscos e desastres para a saúde, dinâmica populacional e mudança ambiental, podem aumentar à medida que aumenta o número de pessoas atingidas pelos desastres. Outros pontos podem ser relacionados com a mortalidade relacionada a discussão população e ambiente, através da identificação das características e os processos da população. Cita-se como exemplo, a estrutura de idade de uma população, uma vez que as crianças e os idosos estão entre os mais vulneráveis e com menor capacidade de resposta frente aos desastres naturais. Além da estrutura da idade, outra questão levantada é a estrutura familiar, que segundo Marandola Jr. e Hogan (2007):

Estudos da estrutura familiar, e especialmente das mudanças que nela ocorrem na sociedade contemporânea, ainda não incorporaram as diferentes capacidades de diferentes estruturas para suportar e superar perigos naturais. O declínio do tamanho da família e o envelhecimento da população criam famílias com menos alternativas de apoio em tempos de crise. No caso limite do regime chinês de um filho, a estrutura da família é limitada. Não há irmãos, tias, tios, primos, cunhados ou cunhadas em que se apoiar em tempos de crise. O que isso significa para a capacidade dos lares se recuperarem de perigos naturais? (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007, p. 80).

Entre os elementos da população incluídos nas discussões população e ambiente, a migração e a distribuição espacial da população apresentaram mais ênfase nos estudos (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007). Segundo os autores:

A migração é uma resposta a perigos que produz impactos significativos tanto no lugar de origem como no de destino. Movidas por certa percepção de risco, as pessoas migram em busca de proteção, criando uma nova categoria de refugiados ambientais. Secas (no Sahel e no Nordeste do Brasil, por exemplo) representam casos clássicos de tal migração (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007, p. 78-79).

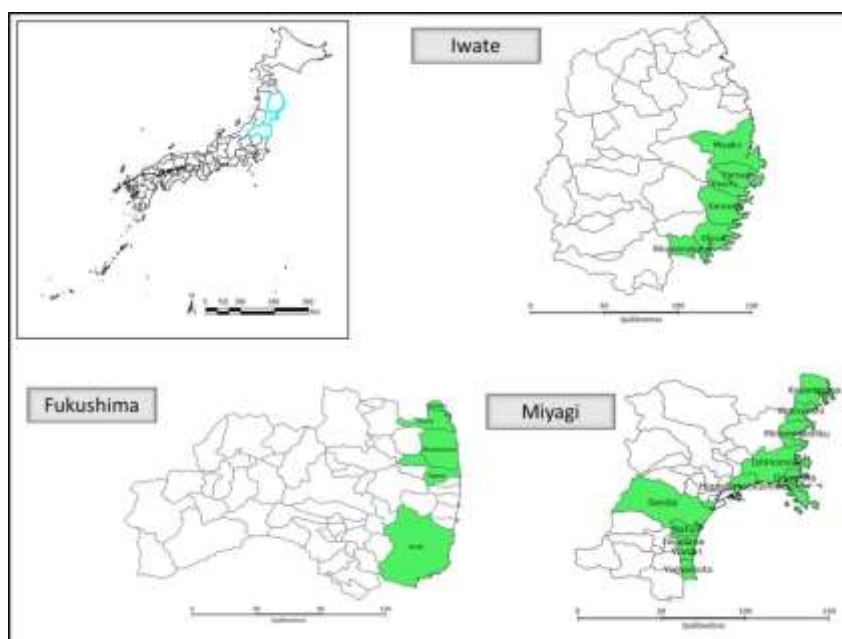
2. Metodologia

2.1. Área de Estudo

Em 11 de março de 2011, um terremoto de grandes proporções desencadeou um tsunami, próximo à baía de Sendai, um dos abalos mais fortes da história e o maior já registrado no Japão. Foram mais de 15 mil mortes, mais de 5 mil feridos e outras 5 mil pessoas desaparecidas. O terremoto que chegou a atingir a magnitude 9, durou cerca de 6 minutos, em seu principal abalo, mas foi precedido por vários terremotos fortes. O epicentro foi no fundo do oceano, cerca de 130 km de Sendai (a maior cidade próxima) e a 373 km de Tóquio. As ondas que esses terremotos desencadearam, alcançaram a altura de 9,3 m em Fukushima, 8,5 m em Miyako e 6 m em Miyagi. A elevação da altura da água (não é analisada somente a altura da onda, mas sim da massa de água acima do nível do mar), atingiu 40 m em alguns locais (ANDRADE, 2011). Entre as 47 províncias existentes no Japão, as mais atingidas foram as de Fukushima, Miyagi e Iwate (Figura 1).

O contexto geológico sobre o qual o Japão se encontra, é o principal motivo pelo qual há tamanha incidência desses fenômenos naturais naquele país. O Japão se localiza em uma extensão da placa tectônica da América do Norte, que está em rota de colisão com as placas oceânicas do Pacífico e das Filipinas. Em decorrência dessa localização do Japão, no entroncamento dessas placas tectônicas, ele está sujeito não só aos movimentos sísmicos locais, mas também sujeito aos movimentos distantes, produzidos em outros locais do Oceano Pacífico (MCDONOUGH; SUN, 1995; BRYANT, 2008; ANDRADE, 2011).

FIGURA 1 - Localização da área de estudo - Províncias e cidades mais afetadas pelo Tsunami



3. Materiais e Métodos

Os dados utilizados foram:

TABELA1 - Dados utilizados, fonte e ano

Dados	Fonte	Ano
Óbitos pelo terremoto e tsunami	National Police Agency (NPA)	2011
Óbitos totais	National Institute of Population and Social Security Research	2010
População por idade e sexo	Censo Populacional do Japão. Statistics Bureau	2010
Migração interna	Report on Internal Migration in Japan. Statistics Bureau	1954-2011
Malha digital dos limites administrativos do Japão	Global Administrative Areas	2012

Quanto à metodologia utilizada, foram calculadas as razões de dependência para o Japão e as três províncias mais atingidas, além da construção de pirâmides etárias. Para a análise da mortalidade, para fins de comparação dos óbitos, foi utilizada a divisão proposta por Nakahara e Ichikawa (2013), que considera três regiões de análise: Iwate, Miyagi (Norte) e Fukushima e Miyagi (Sul). Segundo os autores, devido às características sociais e geográficas semelhantes que Iwate e o norte de Miyagi apresentam (como por exemplo, litoral estreito e recortado e a população tende a trabalhar dentro dos municípios das regiões), estas regiões foram consideradas separadamente de Fukushima e sul de Miyagi, onde a presença de um litoral contínuo e a população trabalhando fora dos municípios de vivência, diferenciam das demais regiões. Para o cálculo das taxas específicas de mortalidade, foram consideradas as populações totais das três províncias, referentes ao ano 2010. Para fins de comparação das taxas brutas de mortalidade, foi necessário utilizar o método de padronização direta.

E por fim, para a análise da migração, foram utilizados dados sobre migração interna, cálculo de saldo migratório e mapas de espacialização dos principais destinos das pessoas mais atingidas pelo desastre.

4. Resultados e Discussões

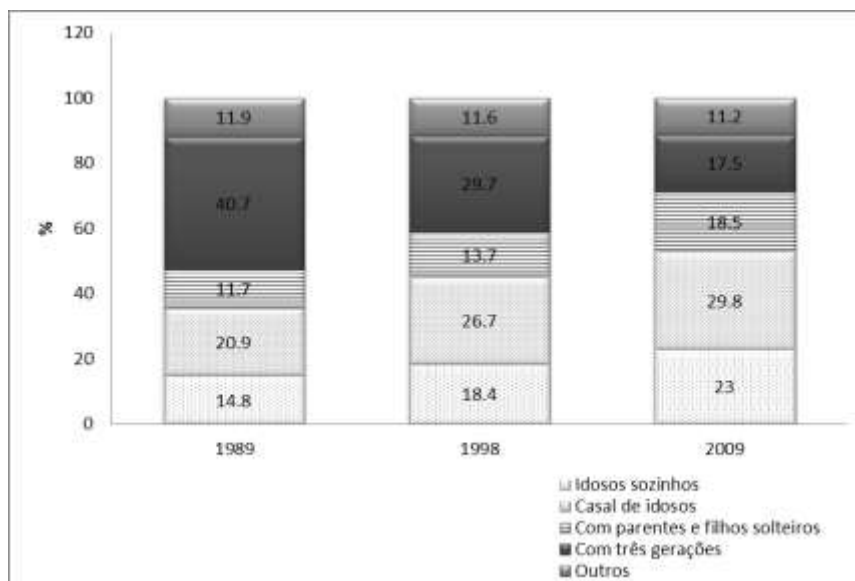
Segundo o Censo Populacional do Japão de 2010, a população do Japão é de 128.057.352 pessoas. Desse total, 13,2% da população possui menos de 15 anos, 63,8% estão na faixa etária de 15 a 64 anos e 23,0% estão na faixa de 65 anos e mais. Foi calculada, para o Japão e as três províncias mais atingidas pelo Grande Terremoto do Leste do Japão, a razão de dependência, que mede a participação relativa da capacidade da população potencialmente ativa (15 a 64 anos) em termos produtivos, de suportar o contingente populacional inativo, economicamente dependente, ou seja,

as crianças (0 a 14 anos) e os idosos (65 anos e mais). Em outros termos, essa capacidade seria uma forma de quantificar a população potencialmente ativa e, portanto, a necessidade de geração de trabalho e renda que permita a essa população suprir a parcela inativa (RIPSA, 2009). O Japão possui razão de dependência de 51,36%. A província de Miyagi acompanha essa tendência, apresentando valor de 51,11%. Os maiores valores de razão de dependência são apresentados pelas províncias de Iwate e Fukushima, que indica que a população potencialmente ativa deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que pode gerar consideráveis encargos assistenciais para a sociedade no decorrer dos anos.

A grande proporção de idosos no Japão é resultado das quedas acentuadas de mortalidade e fecundidade após a II Guerra Mundial, acelerando assim, o processo de envelhecimento da população do Japão. O rápido declínio da fecundidade é o que tem contribuído fortemente para o envelhecimento da população. O período do baby-boom (1947-1949), pós II Guerra Mundial, foi curto e terminou assim que o governo amenizou as leis de aborto e incentivou o planejamento familiar e o controle da natalidade para evitar uma explosão populacional. A taxa de fecundidade total apresentou queda acentuada, passando de 4,54 filhos por mulher em 1947, para 2,05, em 1974. Quando a geração dos baby-boomers chegou à idade reprodutiva, ocorreu um segundo evento de baby-boom (1971-1974), porém, o número de filhos por mulher não foi alterado. Este fato se deve a inserção da mulher no mercado de trabalho, resultando em casamentos e gravidez tardios, aumento da proporção de solteiros, além do aumento dos custos financeiros de se ter um filho (MURAMATSU; AKIYAMA, 2011). Segundo as autoras, a população do Japão está envelhecendo e diminuindo em tamanho simultaneamente.

A população com 65 anos e mais, no Japão, tem aumentado em volume e tem mostrado diferentes características em relação aos anos anteriores. Observa-se na Figura 2, que em 1989 a proporção de domicílios com moradores idosos sozinhos era de 14,8%, em 1998, 18,4% e em 2009, apresentou a proporção expressiva de 23%. Apesar do aumento dos idosos morando sozinhos ao longo dos anos, os domicílios com casal de idosos representam 29,8%, a maior proporção entre os domicílios com população de 65 anos e mais. O número de idosos morando com parentes e filhos solteiros também é expressivo, representando 18,5% dos domicílios, em 2009.

FIGURA 2 - Números absolutos e proporções de domicílios com moradores de 65 anos e mais no Japão, em 2009



Fonte: Figura elaborada a partir do relatório "A Profile of Older Japanese". Preparado pelo International Longevity Center-Japan (ILC-Japan), 2011.

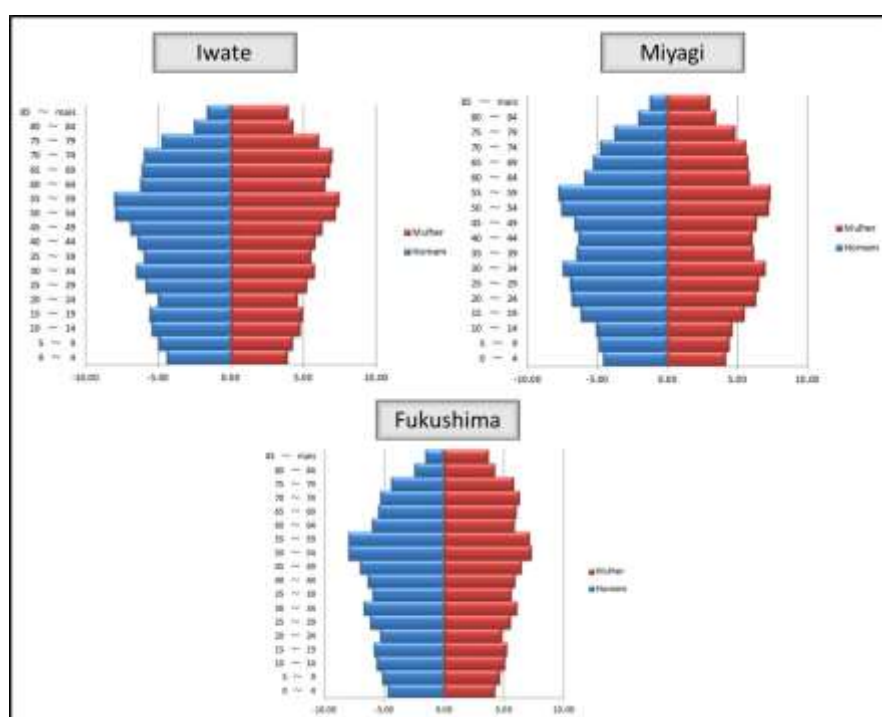
Para as três províncias, Iwate, Miyagi e Fukushima, seguem a tendência do país, e apresentam valores elevados de idosos (Tabela 1). Iwate apresenta a maior porcentagem entre as três províncias (24%), semelhante a porcentagem de idosos do Japão, seguido por Fukushima e Miyagi, com 22,72% e 19,98% de idosos com 65 anos e mais, respectivamente. Conforme as pirâmides etárias apresentadas para as três províncias, na Figura 3, a população idosa apresentam em sua maioria, as mulheres, que aumentam significativamente, em relação aos homens da mesma idade, a partir de 65 anos e mais. Ainda analisando as pirâmides etárias, Iwate e Fukushima apresentam volume menor da população de 20 a 24 anos em relação as faixas etárias anteriores e posteriores. Esses volumes menores podem decorrer do alto grau de suicídio entre os jovens japoneses. Entre as faixas de 50 a 59 anos, é possível observar os efeitos do *baby boom* impactando a pirâmide etária no decorrer dos anos.

TABELA 1 - Composição etária (3 Grupos) das três províncias mais atingidas pelo grande terremoto do Leste do Japão, em 2010

Grupos etários	Iwate		Miyagi		Fukushima	
	n	%	n	%	n	%
0 a 14 anos	190.578	13,80	325.829	13,84	307.294	14,70
15 a 64 anos	850.253	61,58	1.558.087	66,18	1.307.734	62,57
65 anos e mais	339.957	24,62	470.512	19,98	474.860	22,72
Total	1.380.788	100,00	2.354.428	100,00	2.089.888	100,00

Fonte: Censo Populacional do Japão (2010).

FIGURA 3 - Pirâmides etárias das Províncias de Iwate, Miyagi e Fukushima em 2010



Fonte: Censo Populacional do Japão (2010).

Segundo a NPA, o Japão registrou 15.883 óbitos decorrentes do Grande Terremoto do Leste do Japão. Nas províncias de Iwate, Miyagi e Fukushima, foram confirmados 15.770 óbitos. Dentre estes óbitos, 14.931 foram incluídos no banco de dados da NPA e 13.931 foram considerados óbitos com informações completas para análise. Na província de Iwate foram registrados 4.673 óbitos. Já em Miyagi, foram registrados 9.537 óbitos e em Fukushima, 1.606 óbitos. Os 67 óbitos restantes, foram registrados nas províncias de Hokkaido (1 óbito), Aomori (3 óbitos), Yamagata (2 óbitos), Tokyo (7 óbitos), Ibaraki (24 óbitos), Tochigi (4 óbitos), Gunma (1 óbito), Chiba (24 óbitos) e Kanagawa (4 óbitos).

Conforme a Tabela 2, três províncias apresentaram baixas porcentagens de óbitos nas idades jovens e mostrou uma tendência de aumento de óbitos conforme o avanço da idade. Observa-se, comparativamente, que entre os grupos etários apresentados, a população entre 5 e 14 anos tiveram

as menores porcentagens nas regiões de Iwate (1,25%) e Fukushima e Miyagi (sul), apresentando 2,6% dos óbitos. A maior porcentagem foi obtida junto a região de Miyagi (norte), com 3,95% dos óbitos. Já o grupo etário 75 ou mais anos apresentou os maiores valores em relação aos demais grupos etários, nas três províncias: Iwate (35,18%); Miyagi (norte) (35,23%) e; Fukushima e Miyagi (sul) (33,85%).

TABELA 2 - Óbitos referentes ao grande terremoto do Leste do Japão (números absolutos e relativos), por grupos etários e províncias mais atingidas

Grupos etários	Iwate		Miyagi (norte)		Fukushima e Miyagi (sul)	
	n	%	n	%	n	%
0–4	49	1,18	93	1,97	93	1,83
5–14	52	1,25	186	3,95	132	2,60
15–24	106	2,55	119	2,53	181	3,57
25–34	165	3,98	213	4,52	235	4,63
35–44	269	6,48	294	6,24	334	6,59
45–54	378	9,11	396	8,41	429	8,46
55–64	706	17,01	722	15,33	887	17,49
65–74	965	23,25	1027	21,81	1064	20,98
75	1460	35,18	1659	35,23	1717	33,85
Total	4150	100,00	4709	100,00	5072	100,00

Fonte: NPA (2011).

De acordo com a Tabela 3, observa-se que, no geral, as províncias apresentaram maior número de óbitos entre as mulheres. Porém, quando a análise é realizada por grupos etários, é possível verificar algumas diferenças como a maior proporção de óbitos de homens para o grupo etário de 0 a 4 anos em Miyagi (norte) (2,2%) e em Fukushima e Miyagi (sul) (2,1%). Nas faixas etárias, compreendidas entre 5 e 64 anos, as maiores proporções são encontradas entre os homens nas três províncias, cenário que muda no grupo etário de 65 anos e mais, onde as mulheres de Iwate, Miyagi (norte) e Fukushima e Miyagi (sul), representaram 37,3%, 38,8% e 37,9%, respectivamente. Este fato é decorrente do maior volume populacional de mulheres para a faixa etária de 65 anos e mais, nas três províncias.

TABELA 3 - Óbitos referentes ao grande terremoto do Leste do Japão (números absolutos e relativos), por grupos etários, sexo e províncias mais atingidas

Grupos etários	Iwate				Miyagi (norte)				Fukushima e Miyagi (sul)			
	Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
0-4	33	1,5	16	0,8	47	1,8	46	2,2	41	1,6	52	2,1
5-14	26	1,2	26	1,4	102	3,9	84	4	68	2,6	64	2,6
15-24	53	2,4	53	2,8	53	2	66	3,1	90	3,4	91	3,7
25-34	78	3,5	87	4,5	111	4,3	102	4,8	105	4	130	5,3
35-44	133	6	136	7,1	156	6	138	6,5	160	6,1	174	7,2
45-54	194	8,7	184	9,6	216	8,3	180	8,5	210	8	219	9
55-64	369	16,5	337	17,6	389	15	333	15,7	436	16,5	451	18,5
65-74	513	23	452	23,6	510	19,7	517	24,4	529	20	535	22
75	834	37,3	626	32,7	1005	38,8	654	30,8	1000	37,9	717	29,5
Total	2233	100	1917	100	2589	100	2120	100	2639	100	2433	100

Fonte: NPA (2011).

Foram calculadas as taxas específicas e brutas de mortalidade, para as três províncias, no ano de 2010 (para fins comparativos) e especificamente para 2011, utilizando apenas os óbitos decorrentes do terremoto. Para a análise de comparação das taxas brutas de mortalidade, foi necessário o procedimento de padronização direta, tomando como padrão, a população de Iwate em 2010 (Tabela 4).

TABELA 4 - Taxas brutas de mortalidade e taxas brutas de mortalidade padronizadas, nos anos 2010 e 2011

	TBM 2010	TBM padronizada 2010	TBM 2011	TBM padronizada 2011
Iwate	11,41	11,41	3,01	3,01
Miyagi	9,32	11,33	2,00	2,26
Fukushima	10,88	11,45	2,43	2,52

Fonte: Censo Populacional do Japão (2010); NPA (2011).

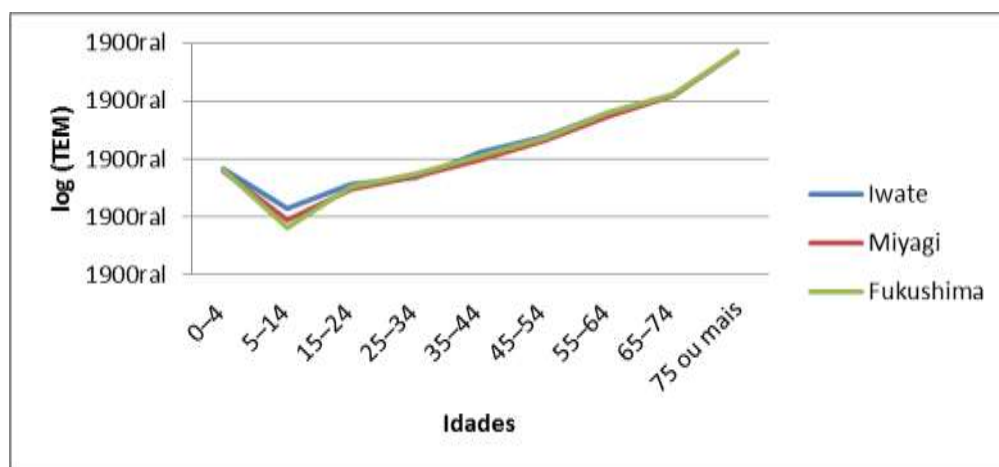
A padronização direta possibilitou comparar as taxas brutas obtidas para uma mesma estrutura etária padrão, no caso, a população de Iwate em 2010, retirando qualquer efeito desta estrutura das análises. Essa análise considera a mesma estrutura etária de uma determinada população, mas cada uma mantendo suas respectivas taxas específicas. Como resultado, obtém-se para Miyagi e Fukushima, TBM padronizadas diretamente para 2010, com base na distribuição etária de Iwate, de 11,33‰ e 11,45‰, respectivamente. Os valores padronizados, para 2010 são semelhantes, indicando que a composição etária das três províncias é semelhante, como foi possível observar nas pirâmides etárias, não influenciando acentuadamente as TBM. Fukushima apresentou

TBM que anteriormente se comportava menor do que a região de Iwate, em 2010. Após a padronização, a TBM de Fukushima apresentou um valor maior (11,45‰) que a TBM de Iwate. Miyagi possui a menor taxa de mortalidade em 2010.

Já para 2011, o terremoto apresentou impacto pontual nas taxas brutas de mortalidade. Para fins de comparação, após a padronização direta, é possível afirmar que a taxa bruta de mortalidade de Iwate foi a maior, seguida de Fukushima e Miyagi.

Analisando as taxas específicas de mortalidade, como mostra a figura abaixo, em 2010 há um padrão com taxas mais altas de mortalidade infantil para as três províncias, bem como valores altos de expectativas de vida. O volume de óbitos para o grupo etário de 0 a 4 anos é elevado, sofre uma queda acentuada até a faixa etária de 5 a 14 anos e apresenta aumento a partir da faixa etária de 15 a 24 anos. As taxas só aumentam e uma rápida e intensa ascensão nos grupos a partir de 75 anos, é observada. Há diferenças sutis nas taxas específicas de mortalidade no grupo etário de 5 a 14 anos, entre as três províncias.

FIGURA 4 - Taxa específica de mortalidade, em escala logarítmica, para as Províncias de Iwate, Miyagi e Fukushima, em 2010

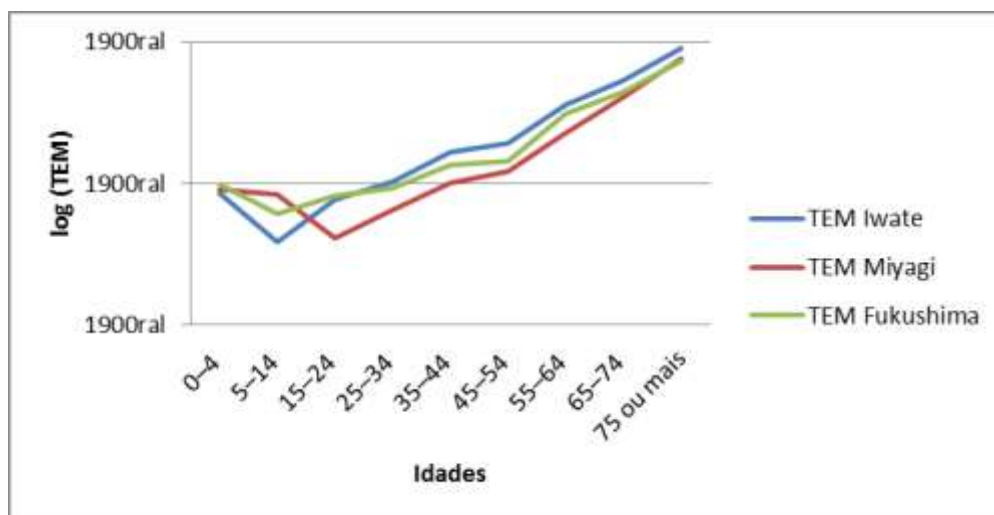


Fonte: Censo Populacional do Japão (2010); NPA (2011).

Ao observar as taxas específicas de mortalidade para o evento do terremoto, em 2011, como mostra a figura abaixo, foi possível observar em Iwate de forma acentuada e em Fukushima de forma branda, maior mortalidade em relação a Miyagi, no grupo etário de 5 a 14 anos. O momento que o tsunami atinge as províncias pode ter influenciado nos padrões de mortalidade por idade e sexo, pois o risco de ser atingido pelo tsunami pode estar relacionado com a hora do dia que influenciam o lugar onde as pessoas se encontram (NAKAHARA; ICHIKAWA, 2013). O tsunami atingiu a costa por volta das 15 horas, no período da tarde, quando as crianças se encontravam na escola e as crianças que não estava na idade escolar, encontravam-se em casa. Em Miyagi, diferente das demais províncias, apresentou baixa mortalidade na faixa etária de 15 a 24 anos e alta mortalidade nas

idades de 0 a 14 anos. Fukushima apresenta mortalidade que aumenta de forma constante a cada grupo etário. Iwate teve baixa mortalidade em relação às demais províncias, para menores de 15 anos e maior mortalidade em idosos. A alta mortalidade nos grupos etários de 65 anos e mais foi observada nas três províncias.

FIGURA 5 - Taxa específica de mortalidade, em escala logarítmica, para as Províncias de Iwate, Miyagi e Fukushima, em 2011



Fonte: Censo Populacional do Japão (2010); NPA (2011).

O Grande Terremoto do Leste do Japão, junto com o tsunami subsequente e os desastres das usinas nucleares, atingiu principalmente a população com mais de 65 anos. Os idosos foram os mais atingidos intensamente, pois na hora da ocorrência do terremoto, por volta das 15 horas, estavam sozinhos, e caso morassem com filhos ou parentes, estes estavam ausentes, por trabalharem fora, até mesmo em outras cidades. Os idosos que apresentavam deficiências funcionais tiveram dificuldades de evacuação pós-desastre. E os sobreviventes são mais vulneráveis ao frio, gripes, realocação, e estresse físico e mental. Grande parte dos idosos também não teve acesso a medicamentos e tratamento para controlar suas condições crônicas (cita-se como exemplo, medicamentos para hipertensão), o que poderia resultar em mortes prematuras (NAKAHARA; ICHIKAWA, 2013). Segundo Yasamura et al. (2013), os idosos que estavam sob cuidados médicos de instituições de saúde e que tiveram que ser evacuados durante o tsunami, além dos impactos pontuais (alta mortalidade entre os idosos), sofrem impactos duradouros, como as mudanças nas condições nutricionais e de higiene, bem como as condições de assistência médica.

Por outro lado, o terremoto revelou aspectos positivos da sociedade idosa do Japão. Os idosos demonstraram sabedoria e resiliência para o enfrentamento dessa situação. Mas aspectos negativos também foram destacados, como por exemplo, os desafios da reconstrução das

comunidades e o envelhecimento da população em áreas urbanas, onde as características tradicionais estão desaparecendo (NAKAHARA; ICHIKAWA, 2013).

Apesar de indicar um possível padrão de mortalidade para as três províncias através das análises realizadas, os dados apresentaram limites e enfatiza-se a necessidade de inclusão de outras características para indicar, de fato, padrões de mortalidade. Tais características incluem sexo, idade, localização no momento do desastre (dentro/fora e em outros locais específicos), nível de escolaridade e *surveys* que possam incluir a composição familiar, renda familiar, profissão das populações atingidas, se participaram dos treinamentos de evacuação em caso de desastres, o tempo do alerta recebido, tempo até a evacuação (SAWAI, 2011).

Quando a migração é analisada, questões ambientais são incluídas nos diálogos, por afetarem a direção, volume e composição dos fluxos migratórios (HOGAN, 2007). O número de migrantes internos no Japão foi de 5.044.239 pessoas, em 2011. Entre os migrantes internos, 2.338.519 foram de migrantes inter-províncias, ou seja, pessoas que migraram para além das fronteiras administrativas da província, e 2.705.720 pessoas foram de migrantes intra-províncias, referentes aos que migraram dentro da província.

Analisando o saldo migratório como componente do crescimento demográfico e fator de modificação das estruturas demográficas, utilizaram-se os dados de saldo migratório de 2010 e 2011, provenientes do Departamento de Estatísticas do Japão, calculado como a diferença entre os imigrantes menos os emigrantes para cada província (onde o sinal negativo significa que a emigração supera a imigração). Como resultado, 11 províncias tiveram saldos migratórios positivos, onde destacam-se: Tokyo (saldo migratório positivo de 44.482 pessoas), Saitama (saldo migratório positivo de 12.143 pessoas), Kanagawa (saldo migratório positivo de 10.119 pessoas).

Os valores negativos de saldo migratório foram de Fukushima (saldo migratório negativo de 31.381 pessoas), Miyagi (saldo migratório negativo de 6.402 pessoas) e Ibaraki (saldo migratório negativo de 4.751 pessoas). Já províncias como Aichi, Osaka, Hyogo, Okayama, e Kyoto apresentavam saldos migratórios negativos em 2010 e em 2011 passaram a ter saldos migratórios positivos. O contrário também foi observado nas províncias de Ibaraki e Chiba.

Segundo o escritório de estatísticas do Japão, o número total do saldo migratório para as províncias mais atingidas pelo Tsunami, Iwate, Miyagi e Fukushima, foi negativo, de 41.226 pessoas. O valor negativo indica que saíram mais pessoas dessas províncias, do que entraram. Este evento, para as três províncias, ocorreu, pela última vez, em 1970.

Segundo a Tabela 5 e Figura 7, a província de Iwate teve como principais destinos de emigração as províncias de Miyagi e Tokyo. Apenas no ano de 2011, quando ocorreu o terremoto, Kanagawa tornou-se o terceiro principal destino dos emigrantes originários de Iwate. Enfatiza-se que

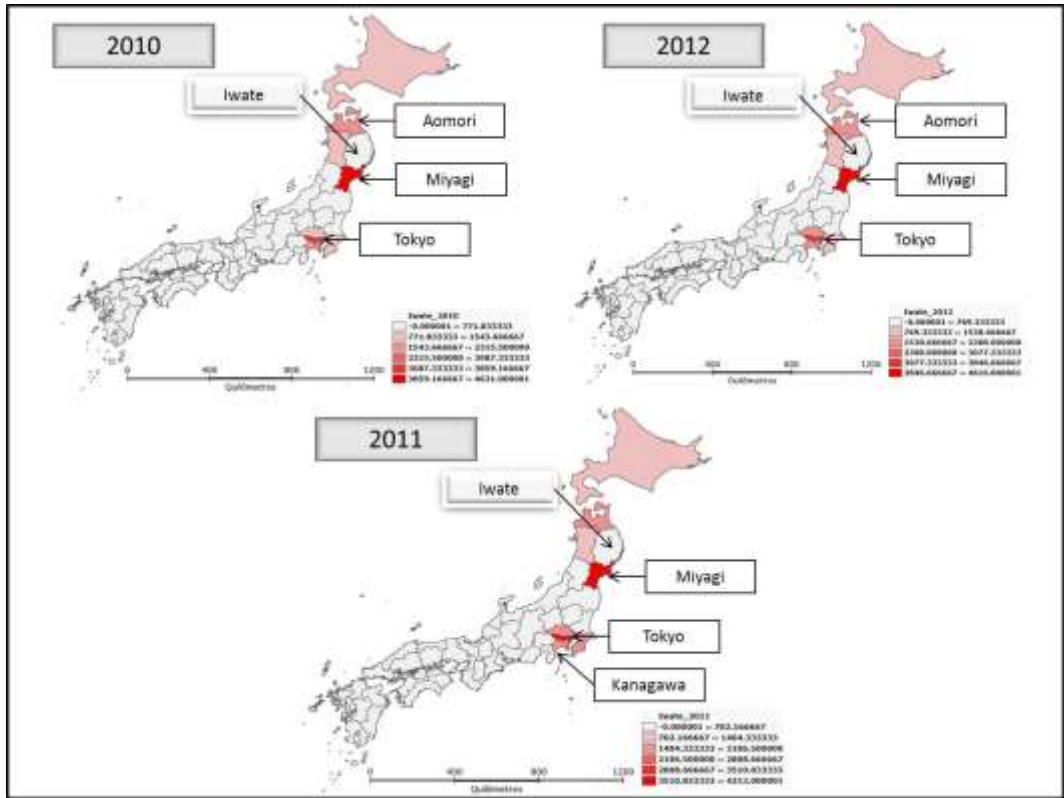
os dados referentes aos destinos dos emigrantes, não consideram a migração dentro da província. Outro fato apontado é que estes mesmos dados consideram o total de migrantes, e não apenas os refugiados ambientais.

TABELA 5 - Volume de pessoas que deixaram Iwate, em 2010, 2011 e 2012, e as três principais províncias de destino

Destino	Iwate 2010		Iwate 2011		Iwate 2012	
	Província	Pessoas	Província	Pessoas	Província	Pessoas
1	Miyagi	4631	Miyagi	4213	Miyagi	4616
2	Tokyo	3734	Tokyo	3726	Tokyo	3605
3	Aomori	1980	Kanagawa	1968	Aomori	1953

Fonte: Report on Internal Migration in Japan. Statistical Survey Department, Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications (2011).

FIGURA 6 - Mapa de localização das principais províncias de destino das pessoas que deixaram Iwate, em 2010, 2011 e 2012



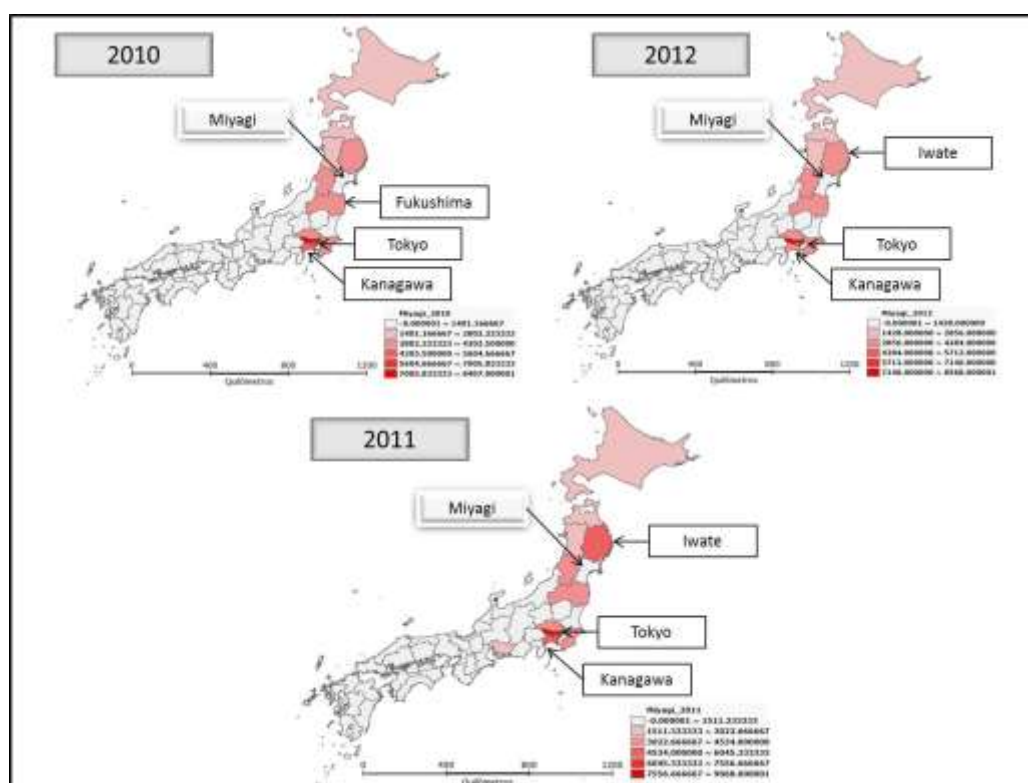
As pessoas que deixaram a província de Miyagi em 2010, 2011 e 2012, tiveram como principal destino Tokyo e Kanagawa (Tabela 8 e Figura 15). O volume de pessoas que deixaram Miyagi em direção a Tokyo teve seu maior valor em 2011 (9068 pessoas). De maneira geral, em 2011, houve um movimento maior de volume populacional para as províncias de Tokyo e Kanagawa e Iwate (quando comparado com 2012).

TABELA 6 - Volume de pessoas que deixaram Miyagi, em 2010, 2011 e 2012 e as três principais províncias de destino

Destino	Miyagi 2010		Miyagi 2011		Miyagi 2012	
	Província	Pessoas	Província	Pessoas	Província	Pessoas
1	Tokyo	8407	Tokyo	9068	Tokyo	8568
2	Kanagawa	4347	Kanagawa	4698	Kanagawa	4074
3	Fukushima	4191	Iwate	4603	Iwate	3876

Fonte: Report on Internal Migration in Japan. Statistical Survey Department, Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications (2011).

FIGURA 7 - Mapa de localização das principais províncias de destino das pessoas que deixaram Miyagi, em 2010, 2011 e 2012



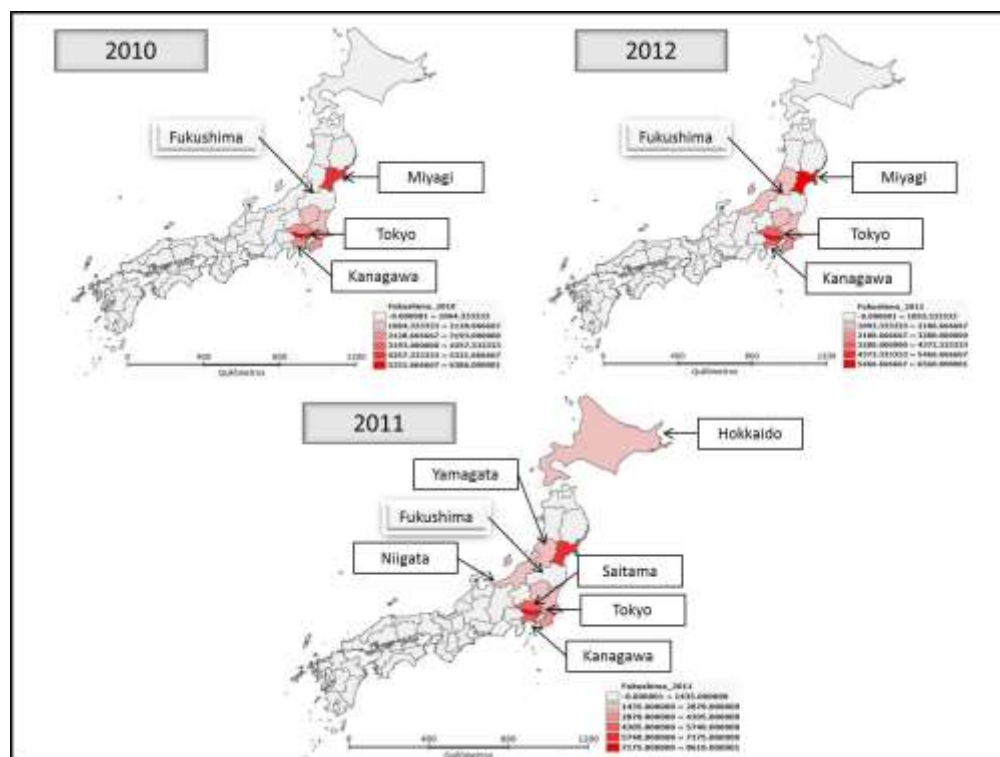
Tokyo, Miyagi e Kanagawa foram as províncias que receberam os maiores volumes de pessoas de origem da província de Fukushima, em 2010 e 2012 (Tabela 9 e Figura 16). Em 2011, Tokyo recebeu 2224 pessoas a mais em relação ao ano anterior. O mesmo fato ocorre com Miyagi, que recebeu em 2011, 2034 pessoas a mais em relação a 2010. Em 2011, Saitama apareceu como a terceira província que recebeu o maior volume de pessoas que deixaram Fukushima. Em 2012, os volumes de pessoas que deixaram Fukushima diminuem, em relação a 2011, e se assemelham ao “padrão” de 2010, sugerindo que o terremoto fez com que um maior movimento de pessoas fosse gerado em 2011.

TABELA 7 - Volume de pessoas que deixaram Fukushima, em 2010, 2011 e 2012 e as três principais províncias de destino

Destino	Fukushima 2010		Fukushima 2011		Fukushima 2012	
	Província	Pessoas	Província	Pessoas	Província	Pessoas
1	Tokyo	6386	Tokyo	8610	Tokyo	6560
2	Miyagi	5099	Miyagi	7133	Miyagi	5797
3	Kanagawa	3103	Saitama	4727	Kanagawa	3402

Fonte: Report on Internal Migration in Japan. Statistical Survey Department, Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications (2011).

FIGURA 8 - Mapa de localização das principais províncias de destino das pessoas que deixaram Fukushima, em 2010, 2011 e 2012



Em Fukushima, parte dos refugiados ambientais permanece na província. O governo japonês providenciou a construção de abrigos temporários, especialmente distribuídos conforme a Figura 17. Após um ano do desastre, em 2012, cerca de 60 mil pessoas ainda vivem em aproximadamente 25 mil moradias provisórias, em Fukushima. Em Iwate, a capacidade de resposta da população e do poder público foi imediata. Em julho de 2011, após quatro meses do tsunami, 13.824 moradias provisórias já tinham sido construídas para alojar a população atingida. Além da ajuda do governo, as populações atingidas também contaram com as doações. Segundo o poder público de Iwate (IWATE PREFECTURE, 2011), em julho de 2011, os dados consistiam em: 4.566 óbitos, 2.233 pessoas desaparecidas, 26.892 construções destruídas (completamente ou parcialmente), 13.109 refugiados (sendo 9.339 em 239 abrigos, 2.457 refugiados em habitações da província e 1.313 em outras províncias).

A resiliência e adaptação, tidas em conjunto, podem constituir estratégias complementares a capacidade de resposta da população aos perigos naturais. Destaca-se também a resiliência dos idosos, uma vez que em suas vidas, já passaram por situações semelhantes, impressionaram e inspiraram pessoas em todo o Japão e do mundo (NAKAHARA; ICHIKAWA, 2013). As autoras também enfatizam a existência de um capital social alto na sociedade do Japão. O capital social compreende as habilidades desenvolvidas para a garantia de benefícios através de associações em redes de relações sociais ou outras estruturas sociais (COLEMAN, 1988; PUTNAM; LEONARDI; NANNETTI, 1993; PORTES, 1998). Envolve relações verticais (patrão/cliente) ou horizontais (entre indivíduos de interesses comuns, como por exemplo, a organização familiar e a comunidade), onde a confiança das pessoas pode aumentar a capacidade de trabalhar juntos e expandir seus acessos a instituições, como órgãos políticos ou civis (DFID, 1999; KAZTMAN, 2000). Citam-se como exemplos, as redes de vizinhança, planos emergenciais de bairros para a evacuação da população, ajuda e abrigo da vizinhança, entre outros exemplos de redes sociais.

O desastre, embora intensamente trágico, oferece oportunidades para reconstruir as comunidades de maneiras inovadoras, acomodando as sociedades envelhecidas, além de renovar seus métodos de proteção e resposta aos desastres naturais que atingem o Japão periodicamente. Frente a vulnerabilidade das comunidades urbanas aos possíveis desastres naturais futuros, o Japão precisa reconstruir as relações sociais fragilizadas, como por exemplo, o isolamento da população cada vez mais idosa e incentivando a participação dos idosos e suas bagagens de conhecimento para enfrentar os desastres naturais, bem como o rápido envelhecimento comunidades urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou contextualizar as províncias do Japão mais atingidas pelo terremoto e consequente tsunami, em 11 de março de 2011. Nas três províncias, Iwate, Miyagi e Fukushima, entre os grupos mais vulneráveis, idosos e crianças, os idosos apresentaram proporções expressivas que aumentaram nos últimos anos. O Japão enfrenta ao mesmo tempo o envelhecimento e o declínio da população. A população com 65 anos e mais, no Japão, tem aumentado em volume e tem mostrado diferentes características em relação aos anos anteriores, como por exemplo, o aumento de idosos morando sozinhos ao longo dos anos.

Quanto a mortalidade causada pelo Tsunami, foi possível observar altas taxas nos grupos etários de 65 anos e mais, nas três províncias. Os idosos foram os mais atingidos intensamente devido ao momento de ocorrência do terremoto e do tsunami. No período da tarde, os idosos sozinhos estavam mais vulneráveis e apresentaram possíveis dificuldades de evacuação. Outro grupo também afetado foi das crianças, que em sua maior parte, estavam na escola.

Foi possível observar que nas três províncias, houve saldo migratório negativo expressivo, indicando uma grande saída de pessoas em 2011, movimento potencializado pelo tsunami. As áreas de destino, em geral, foram as áreas mais próximas ou áreas que já eram consideradas como destino anteriormente (em 2010).

O terremoto e o tsunami de 2011 trouxeram consigo questões relevantes para a discussão do Japão contemporâneo e a longo prazo, como por exemplo, o superenvelhecimento da população e a capacidade de resposta dos idosos. Se por um lado pontos positivos são valorizados, como o conhecimento dos idosos adquirido pela vivência de eventos anteriores, por outro, o Japão enfrentará questões como a discussão dos seus métodos de enfrentamento de desastres naturais, suas relações sociais fragilizadas e o rápido envelhecimento das comunidades urbanas. Compreender os contextos sociais, demográficos e econômicos das províncias mais atingidas, auxiliou a percepção dos significados do terremoto e do tsunami de 11 de março de 2011, para os idosos, que consistem n grupo mais vulnerável.

REFERÊNCIAS

- ADGER, W. N. Vulnerability. **Global Environmental Change**, Guildford, Inglaterra, v. 16, p. 268-281, 2006.
- _____. Social and ecological resilience: are they related? **Progress in Human Geography**, London, Inglaterra, v. 24, p. 347-364, 2000.
- ANDERSON, M. B.; WOODROW, P. J. **Rising from the ashes: development strategies in times of disaster**. London, Inglaterra: Intermediate Technology Publications, 1998.
- ANDRADE, F. R. D. Terremotos e Tsunamis no Japão. **REVISTA USP**, São Paulo, SP, n. 91, p. 16-29, set./nov.2011.
- BLAIKIE, P. et al. **At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters**. London, Inglaterra: Routledge, 1994.
- BRYANT, E. **Tsunami: the underrated hazard**. Chichester: Praxis, 2008.
- CARMO, R. L. Dinâmica demográfica e mudanças ambientais globais: novas vulnerabilidades? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 1, p. 95-120, 1988.
- DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID). **Sustainable livelihoods guidance sheets**. London, Inglaterra, 1999. Disponível em: <<http://www.dfid.gov.uk>>. Acesso em: 23 nov. 2010.
- FOLKE, C. Resilience: the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, Guildford, Inglaterra, v. 16, n. 3, p. 253-267, 2006.
- GALLOPÍN, G. C. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. **Global Environmental Change**, Guildford, Inglaterra, v. 16, n. 3, p. 293-303, 2006.
- HOGAN, D. J. População e meio ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: _____ (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Brasília, DF: UNFPA, 2007.
- INTERNATIONAL LONGEVITY CENTER-JAPAN (ILC-Japan). **A profile of older Japanese**. Toranomon, Minato-ku, Tokyo 2011.
- KAZTMAN, R. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. **Borrador para discusión**. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos y aplicaciones. Mexico: BID-BIRF-CEPAL, 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/deype/mecovi/docs/TALLER5/24.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2011.
- KELLY, P. M.; ADGER, W. N. Theory and practice in assessing vulnerability to climate change and facilitating adaptation. **Climatic Change**, Holanda, v. 47, p. 325-352, 2000.
- MARANDOLA JR; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade a perigos naturais nos estudos de população e ambiente. In: HOGAN, D. J. (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Brasília, DF: UNFPA, 2007.
- MCDONOUGH, W. F.; SUN, S. S. The composition of the earth. **Chemical Geology**, Amsterdam, v. 120, n. 3-4, p. 223-53, mar.1995.
- MURAMATSU, N.; AKIYAMA, H. Japan: super-aging society preparing for the future. **Gerontologist**, Washington, US, v. 51, n. 4, p. 425-432, 2011.
- MUSTAFA, D. Structural causes of vulnerability to flood hazard in Pakistan. **Economic Geography**, US, v. 74, n. 3, p. 289-305, jul.1998.

NAKAHARA, S.; ICHIKAWA, M. Mortality in the 2011 tsunami in Japan. **Journal of Epidemiology**, v. 23, n. 1, p. 70-73, jan.2013.

OPAS. **Apoyo psicosocial en emergencias y desastres**: guías para equipos de respuesta. Washington, DC: OPAS, 2010.

PELLING, M. **The vulnerability of cities**. London, Inglaterra: Earthscan, 2003.

PORTES, A. Social capital: its origin and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, US, v. 24, n. 1, p. 1-24, 1998.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANNETTI, R. Y. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RIPSA. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009.

SAWAI, M. Who is vulnerable during Tsunamis? experiences from the great east japan earthquake 2011 and the Indian Ocean Tsunami 2004. **Working Paper**, Bangkok, UNESCAP, 2011.

SMITH, K. **Environmental hazards**: assessing risk and reducing disaster. 2.ed. London, Inglaterra: Routledge, 1996.

TACOLI, C. Crisis or adaptation? Migration and climate change in a context of high mobility. **Environment and Urbanization**, London, Inglaterra, v. 21, n. 2, 2009.

WALKER, B. H. et al. Resilience, adaptability and transformability in social–ecological systems. **Ecology and Society**, USA, v. 9, n. 2, p. 5, 2004.

YASUMURA, S. et al. Excess mortality among relocated institutionalized elderly after the Fukushima nuclear disaster. **Public Health**, USA, v. 127, n. 2, p. 186-188, feb.2013.